Radar
INCLUI BRASIL, MUNDO E ÚLTIMAS

INVASÃO NA UCRÂNIA
A Rússia ameaçou bombardear centros de comando em Kiev em resposta a ataques que teria sofrido em seu próprio território

CARLOS Britto

Arcoverde, a capital do desentendimento político

Arcoverde, no Sertão do Moxotó, tem se mostrado a capital do desentendimento político do Interior pernambucano. Envolvidos em diversas polêmicas, inclusive com um rompimento no ano passado após o vice entregar o cargo de secretário de Serviços Públicos e Meio Ambiente, o prefeito Welington Maciel e o vice, Israel Rubis (PP), estão em novo confronto: não estarão no mesmo palanque para governador.

Welington, que é do PSB, obviamente apoiará Danilo Cabral, do mesmo partido. Reforçou o apoio na última segunda-feira (11) em encontro com o pré-candidato no Recife, após outros gestores também fazerem o mesmo.

Já o vice Israel, que é pré-candidato a deputado federal, vai contra o prefeito e também ao PP, presidido pelo deputado Eduardo da Fonte em Pernambuco, aliado do governador e que também vai com Danilo Cabral.

O 'Delegado Israel', como é mais conhecido, já mandou a real afirmando, em um programa de rádio local, que uma coisa é certa: não sobe no mesmo palanque que o prefeito de Arcoverde.

O delegado aproveitou a deixa para relembrar que se sente traído por Wellington. "Ele me tolheu enquanto eu apresentei minha candidatura para ser vice em 2020. Agora, como vice-prefeito, tenho que alugar um gabinete privado, porque nem espaço tenho na prefeitura", disse.

Rubis afirmou que já conversou com os pré-candidatos da oposição Miguel Coelho (UB), Marília Arraes (SD), Anderson Ferreira (PL) e Raquel Lyra (PSDB). Mas fechou questão afirmando que votará em Lula para presidente.

Liberdade

O vereador de Petrolina, Gaturiano Cigano (UB), preso desde o último dia 23 de fevereiro pela Operação Errantes, foi liberado ontem da prisão. Em nota, a defesa do edil informou que após concluídas as investigações e a ausência de provas da participação de Gaturiano nas fraudes da Previdência Social, o juiz decidiu revogar a decisão e que ele continua à disposição da Justiça. Gaturiano irá retomar o seu lugar na Câmara na sessão da próxima terça-feira.

SE FOSSE JOÃO... > O prefeito de Timbaúba declarou apoio à pré-candidata Marília Arraes (SD). Mas a coisa seria outra se quem estivesse à frente da pré-candidatura do PSB fosse o prefeito de Recife, João Campos. Aí Marinaldo Rosendo (PP) apoiaria o primogênito de Eduardo Campos, justificando que seria por gratidão a tudo que Eduardo fez por ele.

DE OLHO NA CÂMARA FEDERAL > Irmã Lene, liderança que ocupa a suplência na Câmara de Vereadores de Paulista, na Região Metropolitana, trocou o Cidadania pelo Avante, na expectativa de ocupar uma vaga na Câmara Federal. Quem abonou a ficha foi Sebastião Oliveira, presidente do partido.

FOI UM ACORDO? > O prefeito de Paudalho, Marcelo Gouveia, irmão do deputado Gustavo Gouveia, recém filiado ao Solidariedade, será o coordenador geral da campanha de Marília Arraes junto com Victor Gouveia, que já exerce a função de coordenador político do mandato de Marília na Câmara dos Deputados. Victor seria candidato a estadual, mas o irmão de Gustavo também se filiou ao Solidariedade para disputar a cadeira na Alepe. A desistência pode ter sido acordada.

Blog do Carlos Britto
@blogcarlosbritto
contato@carlosbritto.com

A coluna de Carlos Britto é publicada de segunda a sexta.

Frank James, de 62 anos, teria sido o responsável pelo **ataque** ocorrido na última terça-feira (12) em um vagão do **metrô** que deixou 29 pessoas feridas

Polícia de NY prende suspeito por tiroteio

DA REDAÇÃO
COM AGÊNCIAS

Após ter sido preso pela polícia de Nova York, Frank R. James, de 62 anos, irá comparecer nesta quinta-feira (14) perante o tribunal federal de Brooklyn, anunciou a corte."Nós o pegamos", disse o prefeito, Eric Adams, após capturarem o homem mais procurado de Nova York desde a manhã de terça-feira (12), quando ativou duas granadas de fumaça e abriu fogo contra os passageiros de um vagão que se aproximava da estação "36 Street", no Brooklyn.

Inicialmente, ele era considerado como "pessoa de interesse". Dois policiais disseram à CNN que a evidência de armas foi o ponto de virada para elevá-lo a suspeito.

Feridos liberados

O homem é o responsável por alugar uma van que pode estar ligada ao crime, que deixou 29 feridos, incluindo dez com ferimentos à bala. Ontem (13), 16 feridos foram liberados. Cinco ainda continuam internados, em condição estável.

Antes da prisão, o prefeito de Nova York, Eric Adams, prometeu levar o suspeito à justiça: "Está claro que esse indivíduo queria criar terror e violência. Sabemos que ele queria trazer o terror para o sistema (de metrô) com uma máscara de gás, uma arma, vários pentes, e uma bomba de fumaça".

Vizinho estranho

No mesmo dia do ataque, o New York Times entrevistou uma vizinha de Frank James, que disse que não o via desde o fim de março - uma cronologia alinhada com a descrição de James de suas viagens recentes, postada em um vídeo no YouTube no mês passado.

A vizinha, Keilah Miller, disse que James descia para a rua quase todas as manhãs, mas nunca a cumprimentava. Um outro ex-vizinho do suspeito disse que ele era quieto e mancava, acrescentando que o fato dele estar relacionado ao tiroteio era uma surpresa. Mike Lopez disse que nunca falou com James, mas muitas vezes o viu empurrando um carrinho. "Eu não o via como uma ameaça ou nada".

Sua detenção, em uma rua do sul de Manhattan, foi possível graças aos moradores. Testemunhas o identificaram em um McDonald's e depois caminhando pela rua.

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SERTÂNIA-PE

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Nº: 011/2022. Tomada de Preços nº. 001/2022. CPL. Obras e/ou serviços. **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE CONSTRUÇÃO DO PRÉDIO DO CENTRO ESPECIALIZADO EM REABILITAÇÕES, NA SEDE DO MUNICÍPIO DE SERTÂNIA-PE, COM FORNECIMENTO PELA CONTRATADA DE TODOS OS MATERIAIS, EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS.** Valor Estimado: R$ 954.953,32. Local e data da sessão de abertura: Prédio sede da Prefeitura Municipal de Sertânia/PE, localizado na Praça João Pereira Vale, nº 20 – Centro – Sertânia/PE (CEP: 56600-000); 05.05.2022; Horário: 10:00h; Edital, Anexos e Informações adicionais podem ser obtidas através do Fone: (87) 3841-1246, no horário de 8:00h às 12:00h, de segunda a sexta-feira, pelo e-mail: licitacao.sertania@gmail.com, e no site www.sertania.pe.gov.br, até o dia 02.05.2022.

Sertânia, 13 de Abril de 2022

EDNELZA ALVES CAMPOS ARAÚJO
Presidente da CPL. (*)

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA CLIENTES DE PLANOS INDIVIDUAIS PESSOA FÍSICA - UNIMED RECIFE

A **Unimed Recife – Cooperativa de Trabalho Médico –** notifica seus clientes abaixo, identificados pelo número do cartão de inscrição como cliente do plano de saúde de contrato individual, acompanhado pelo número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas, com omissão dos dígitos de verificação, a entrarem em contato por telefone: (81) 3413.8400 / 0800-281-5917 ou presencialmente no Centro Administrativo, na Av. Lins Petit, 140 – Bairro Ilha do Leite, de segunda à sexta-feira, no horário das 8:00 às 16:00h, para dar solução à manutenção das respectivas contratações, no prazo máximo de 10 dias contados desta publicação, tendo em vista que os clientes não foram encontrados no domicílio cadastrado em nosso sistema, sob pena de caracterização do disposto no Art. 13, Parágrafo Único, Inciso II da Lei 9656/98 (Lei dos Planos de Saúde) e nos moldes da Súmula Normativa nº 28/2015.

Carteira	CPF				
0347911095743006	482.571.254**	0347910259511007	116.294.454**	0347911238896005	094.648.884**
0347912315990005	009.937.084**	0347912462127000	120.497.964**	0347911093482000	770.189.234**
0347912250610009	091.873.654**	0341025001511009	054.241.378**	0347910009780000	035.399.084**
0347971213075001	045.099.414**	0347911314329005	140.276.434**	0347910000276008	709.079.914**
0347970410483007	900.448.194**	0347910264743000	055.681.554**	0347971312001006	138.478.824**
0340704001871001	906.236.814**	0347910047171008	283.333.494**	0341025000144002	046.594.284**
0347910420987004	681.841.154**	0347911307934004	711.890.404**	0347912217743003	064.430.994**
0340706000108009	371.508.204**	0347910124567004	067.465.114**	0347910219270009	098.355.874**
0347971310626009	040.403.674**	0347910240421002	127.075.154**	0341025000338001	090.272.894**
0347972310662003	125.278.354**	0341025007625103	717.962.804**	0341025003770001	744.309.124**
0347910220441008	127.863.884**	0347910058765001	028.238.764**	0347910243293005	114.163.854**
0347910205627007	710.493.234**	0347912209886003	135.732.994**	0341025000165000	195.894.334**
0347910106102003	028.601.934**	0347911204769000	093.042.184**	0347970311665000	120.231.034**
		0340700003700007	766.651.004**	0347912362826003	122.865.674**

D4Sign 0b0ec64e-ff0f-4399-bf30-38956d8a22ae - Para confirmar as assinaturas acesse https://secure.d4sign.com.br/verificar
Documento assinado eletronicamente, conforme MP 2.200-2/01, Art. 10º, §2.

■ Equipamentos de **distribuição gratuita** de camisinhas começam a ser instalados em **locais de grande circulação** no Recife

Totens para distribuir preservativos

IKAMAHÃ-SESAU

Primeiros equipamentos foram instalados nos **mercados públicos** da capital pernambucana

Equipamentos de distribuição gratuita de preservativos estão sendo instalados em locais de grande circulação no Recife. A iniciativa da prefeitura em parceria com a ONG internacional AIDS Healthcare Foundation (AHF) tem o objetivo de estimular a prevenção de infecções sexualmente transmissíveis (ISTs).

Os primeiros equipamentos foram instalados na manhã de ontem nos mercados públicos da Boa Vista, no Centro, e da Madalena e da Encruzilhada, na Zona Norte.

Serviços de prevenção

De acordo com a gestão municipal, a AHF financiou a produção e envio de dez totens de armazenamento. Cada um deles possui capacidade para saída de cerca de 7,2 mil camisinhas e serão colocados pela prefeitura em locais estratégicos da cidade ao longo de abril.

O setor de ISTs, HIV, Aids e Hepatites Virais, da Vigilância em Saúde do Recife, ficará responsável pela oferta e reabastecimento dos insumos.

"A camisinha é a principal forma de prevenção das ISTs, sendo a barreira de mais fácil acesso à população. É importante trabalhar as questões de prevenção na sociedade porque, dessa forma, conseguimos diminuir os riscos de adoecimento desse público", afirmou o coordenador da Política de Prevenção às Infecções Sexualmente Transmissíveis do Recife, Airles Ribeiro.

Serviços de prevenção, diagnóstico e tratamento precoces para ISTs são oferecidos na Policlínica Lessa de Andrade, na Madalena, e no Centro de Testagem e Aconselhamento (CTA) da Policlínica Gouveia de Barros, na Boa Vista. Neste último e na Policlínica Salomão Kelner, em Água Fria, também é oferecida testagem rápida.

COVID-19

Embarque para Noronha não exigirá teste

A partir de amanhã, o exame negativo para a Covid-19 não será mais exigido dos visitantes e moradores no embarque para a ilha de Fernando de Noronha, em Pernambuco. A exigência estava em vigor desde 10 de outubro de 2020.

Apesar da dispensa do exame negativo, continua obrigatória a apresentação da carteira digital de vacinação, com pelo menos duas doses da vacina. Para pessoas de 55 anos ou mais, também é necessária a comprovação da dose de reforço.

Também é exigida pelo menos uma dose da vacina para adolescentes de 12 a 17 anos. Crianças até 11 anos não precisam apresentar carteira de vacinação. "À medida em que houver novos avanços na vacinação contra a Covid no país, passará a ser exigido o esquema vacinal completo também para os menores de 18 anos. É uma proteção a mais, tanto para quem visita, quanto para quem vive em Noronha", complementa o superintendente em Saúde da ilha, Fernando Magalhães.

A testagem dos visitantes na saída de Noronha será mantida, agora com 20% dos passageiros sendo sorteados para o exame.

COMPANHIA INDUSTRIAL PIRAPAMA
CNPJ 10.204.477/0001-42

Comunicamos Srs. Acionistas, que nos dias 25/04/2022 e 25/05/2022, Às 10:00 horas, na sede social – Escada – PE, será realizada a AGO/AGE, para serem apreciados e votados: O Balanço Patrimonial e demais demonstrações financeiras do exercício encerrado em 31/12/2021, aumento de capital social e outros assuntos , cujos documentos estão á disposição dos Srs. na sede social.

Escada 07/04/2022
Antonio Vicente de Andrade Bezerra
Diretor Presidente

SINDICATO DOS ESTABELECIMENTOS DE ENSINO NO ESTADO DE PERNAMBUCO
CNPJ: 11.009.990/0001-45
www.sinepe-pe.org.br
e-mails: coordenador@sinepe-pe.org.br | recepcao@sinepe-pe.org.br

SINEPE/PE
ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
EDITAL DE CONVOCAÇÃO

O **SINDICATO DOS ESTABELECIMENTOS DE ENSINO NO ESTADO DE PERNAMBUCO – SINEPE-PE**, por seu representante legal, convoca, nos termos da legislação vigente e do artigo 16 do Estatuto deste Órgão de Classe, todos associados em pleno gozo dos seus direitos, para uma **Assembleia Geral**, a realizar-se no **dia 20 de abril de 2022**, às 14h e 14h30, em primeira e segunda convocação, respectivamente, no auditório do **Colégio Salesiano Sagrado Coração, Rua Dom Bosco, 551 – Boa Vista**, nesta cidade, para deliberarem sobre: **a)** reivindicações do Sindicato dos Professores no Estado de Pernambuco – SINPRO-PE e Sindicato dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino no Estado de Pernambuco – SINTEEPE, que tratam de reajuste salarial e novas condições de trabalho para o período de 1º de abril de 2022 a 31 de março de 2023; **b)** delegação de poderes à Diretoria do SINEPE-PE para celebrar acordo ou Convenção Coletiva de Trabalho, ajuizar ou apresentar contestação em processo de dissídio coletivo. Recife, 14 de abril de 2022. **José Ricardo Dias Diniz -** Presidente - SINEPE-PE.

Prefeitura Municipal do Ipojuca
Secretaria Municipal de Administração, Gestão e Logística
Comissão Permanente de Licitação

AVISO DE LICITAÇÃO
Sessão com transmissão por videoconferência pelo link: meet.google.com/mdc-gbnp-vus
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 032/PMI-SEINFRA/2022. CPL. TOMADA DE PREÇOS Nº 004/PMI-SEINFRA/2022. Contratação de empresa especializada de engenharia para a execução de obras de construção de muro de arrimo e revestimento em concreto projetado para contenção e estabilização de encostas na Rua da Gruta, no Distrito Sede do Município do Ipojuca/PE. **VALOR:** R$ 3.147.165,18. **LOCAL E DATA DA SESSÃO DE ABERTURA:** 03/05/2022 às 10h00min, sala de reunião da Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal do Ipojuca, situada no prédio-sede, Rua Coronel João de Souza Leão, s/nº, 1º Andar, Centro, Ipojuca/PE, CEP 55.590-000. Edital, anexos e outras informações podem ser obtidas no mesmo endereço da Sessão de Abertura, através do Sítio do Município: www.ipojuca.pe.gov.br/portaldatransparencia/licitacao. Mais informações através do Fone: (81) 3551-1156, Ramal 213.

Ipojuca-PE,13/04/2022
GIULIANA LINS CAVALCANTI
Secretária Municipal de Infraestrutura e Obras

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARREIROS/PE
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CPL
AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 003/2022 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2022
O MUNICIPIO DE BARREIROS-PE, comunica aos interessados a abertura do procedimento licitatório acima citado, tendo como Objeto: Contratação de empresa especializada para gestão de frota de veículos automotores do Município de Barreiros/PE, com operação de sistema informatizado, via internet, através de rede de estabelecimentos credenciados, para prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva,, incluindo o fornecimento de lubrificantes, filtros, peças e acessórios, serviços de mecânica, conforme especificações e quantitativos discriminados no - Termo de Referência. Valor Máximo Aceitável em porcentagem: (taxa de administração): 3%; e a (Taxa de Credenciamento): 7%. Conforme Processos Administrativos sob nº 003/2022. Pregão na Forma Eletrônica será no valor Máximo Aceitável de: R$ 1.260.000,00. Edital e Anexo: Podem ser obtidos a partir das 08h00 do dia 19 de Abril de 2022 no site www.bnc.org.br, ou no endereço: Rua Ayres Belo, n° 136, Centro – Barreiros – PE (Prédio Sede da CPL) ou pelo e-mail: cpl.barreiros2021@gmail.com. Data da sessão pública: 03 de Maio de 2022 às 09h00 (horário de Brasília - DF). Demais informações podem ser obtidas presencialmente na CPL no endereço supracitado ou pelo e-mail: cpl.barreiros2021@gmail.com, no horário de 08h00 as 13h00, de segunda a sexta-feira.
Barreiros, 12 de Abril de 2022
Severino Araújo
Pregoeiro

EDITAL DE CONVOCAÇÃO
ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA – 1ª, 2ª e 3ª Convocação Cooperativa de Crédito dos Empregados da CBA Itapissuma e Empregados de Empresas Prestadora de Serviços Industriais, no estado de Pernambuco – CREDCOOPE CNPJ: 08.931.800/0001-38 – NIRE: 26400000531
O diretor presidente da Cooperativa de Crédito dos Empregados da CBA Itapissuma e Empregados de Empresas Prestadora de Serviços Industriais, no estado de Pernambuco – CREDCOOPE (antes denominada, Cooperativa de crédito dos empregados da Arconic e empregados de empresas prestadora de serviços industriais– CREDCOOPE), no uso das atribuições conferidas pelo Estatuto Social desta cooperativa, convoca os associados que, nesta data, são em número de 304 (trezentos e quatro) em condições de votar, para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária – AGO (AGO), no dia **26 de Abril de 2022**, na sua sede social à Rodovia PE 35 – km 03, município de Itapissuma-PE, obedecendo aos seguintes horários e quórum para a instalação, sempre no mesmo local, cumprindo o que determina o Estatuto Social, em primeira convocação às 08h30min, com a presença de 2/3 do número total de associados; em segunda convocação às 09h30min, com a presença da metade e mais um associado; em terceira e última convocação, às 10h30min, com a presença mínima de 10 associados, para deliberarem sobre os seguintes assuntos que compõem a ordem do dia: 1. Prestação de Contas referente ao exercício de 2021 acompanhado do Parecer do Conselho Fiscal, compreendendo: a) Relatório da Gestão; b) Balanço Geral; c) Demonstrativo das Sobras ou perdas; 2. Destinação das perdas líquidas apuradas no exercício; 3. Fixação do valor dos honorários, das gratificações e da cédula de presença dos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal; 4. Deliberação do Regulamento da atividade de Auditoria Interna, conforme artigo 15º § único, da Resolução 4879/20; 5. Plano de Trabalho para o exercício 2022; 6. Outros assuntos não deliberativos de interesse social. Itapissuma–PE, 14 de abril de 2022. **HARLAN KLEBER GUEDES MAGALHÃES Diretor Presidente**

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARNAÍBA
Processo Nº: 002/2022 – Pregão Eletrônico nº. 001/2022 - Comissão: Pregoeiro e Equipe de Apoio. Natureza do Objeto: serviço – Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAR, DE FORMA CONTÍNUA, OS SERVIÇOS DE ADMINISTRAÇÃO, GERENCIAMENTO E CONTROLE DE AQUISIÇÃO DO COMBUSTÍVEL DIESEL S10 EM REDE DE POSTOS CREDENCIADOS, ATRAVÉS DA IMPLANTAÇÃO E OPERAÇÃO DE SISTEMA INFORMATIZADO, VIA INTERNET, INTEGRADO DE GESTÃO DE FROTA DE VEÍCULOS, COM UTILIZAÇÃO DE CARTÃO MAGNÉTICO, CONFORME AS NECESSIDADES DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CARNAÍBA – PE. Valor estimado total de R$ 272.580,00 (Duzentos e setenta e dois mil e quinhentos e oitenta reais). Início do acolhimento das propostas: 14/04/2022 às 12h:00min. Encerramento do acolhimento e abertura das propostas: 29/04/2022 às 08h00min. Abertura da sessão de lances: 29/04/2022, às 08h30min.
Processo Nº: 003/2022 – Pregão Eletrônico nº. 002/2022 - Comissão: Pregoeiro e Equipe de Apoio. Natureza do Objeto: serviço – Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA REALIZAÇÃO DE EXAMES DE ULTRASSONOGRAFIA PARA ATENDER A REDE PÚBLICA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE CARNAÍBA PE. Valor estimado total de R$ 131.122,80 (Cento e trinta e um mil, cento e vinte e dois reais e oitenta centavos). Início do acolhimento das propostas: 14/04/2022 às 12h:00min. Encerramento do acolhimento e abertura das propostas: 02/05/2022 às 08h00min. Abertura da sessão de lances: 02/05/2022, às 08h30min. Editais completos no site: https://bnc.org.br/. Mais informações podem ser obtidas diretamente na sede do Fundo Municipal de Saúde de Carnaíba - PE, situado à Rua Presidente Kennedy, nº 283, Centro, Carnaíba PE inscrita no CNPJ sob o nº. 11.431.858/0001-27 (CEP: 56.820-000) ou através do Fone/Fax: (87)3854-1286 e e-mail: licitacao@carnaiba.pe.gov.br no horário de 07h00min às 13h00min de segunda a sexta-feira. Carnaíba - PE, 13 de abril de 2022. Edmilson Pereira da Silva – Pregoeiro.

D4Sign 0b0ec64e-ff0f-4399-bf30-38956d8a22ae - Para confirmar as assinaturas acesse https://secure.d4sign.com.br/verificar
Documento assinado eletronicamente, conforme MP 2.200-2/01, Art. 10º, §2.

Economia

REFIS DE JABOATÃO
Prefeito do Jaboatão, Mano Medeiros, encaminha projeto à Câmara com descontos para quitação de débitos tributários.

MERCADO FINANCEIRO

MOEDAS	DÓLAR > Compra: R$ 4,681 >> Venda: R$ 4,681 >> Variação: 0,10%	EURO: 5,095	YUAN (China): 0,74	PESO (Argentina): 0,041
BOLSAS	IBOVESPA > Variação: 0,44% >> Pontos: 116.659,16	DOW JONES (NOVA YORK): 0,76%	NASDAQ (NOVA YORK): 1,67%	S&P 500 (NOVA YORK): 0,86%

OUTROS ÍNDICES (Março)

SELIC: 11,75%	IPCA: 1,62%	IGP-M FGV: 1,74%
OURO BM&F: 295,00	INPC: 1,71%	

Índices Econômicos
www.sppe.org.br
SPPE
SOCIEDADE PERNAMBUCANA DE PLANEJAMENTO EMPRESARIAL (SPPE)

O presidente Jair Bolsonaro pediu para a equipe econômica elaborar uma **proposta de aumento linear** para os funcionários públicos federais

Servidor da União deve ter reajuste de 5%

SÉRGIO LIMA / AFP

A decisão por um reajuste de 5% foi tomada em **reunião do ministro Paulo Guedes com Bolsonaro**

AGÊNCIA O GLOBO

Em reunião ontem, o presidente Jair Bolsonaro pediu à equipe econômica para elaborar a proposta de um aumento linear de 5% para os servidores públicos federais, de acordo com fontes do governo. Com a proposta em mãos, Bolsonaro deve anunciar nos próximos dias a concessão do reajuste abaixo da inflação e linear, para todos os servidores. Técnicos do Executivo, porém, ressaltam que o presidente é imprevisível e sempre pode ordenar mudança de última hora.

A decisão por um reajuste de 5% foi tomada numa reunião entre o ministro da Economia, Paulo Guedes, e o próprio Bolsonaro no Palácio do Planalto. O governo quer anunciar o quanto antes a medida para aplacar os movimentos de servidores, que deflagraram greves e manifestações.

Impacto nas contas

O impacto nas contas públicas dependerá da data da vigência do reajuste. Caso comece em julho, referente à folha de junho, o custo extra seria de R$ 5,8 bilhões neste ano e de R$ 11,6 bilhões em 2023. O governo já colocou nessa conta um possível reajuste para servidores de outros poderes (Legislativo e Judiciário), porque sabe que eles não assistirão um aumento apenas para o Executivo.

O Executivo tinha reservado apenas R$ 1,7 bilhão para o reajuste. Por isso, será necessário cortar dinheiro de outras áreas para compensar o gasto. Isso será feito, segundo fontes do governo, nas chamadas despesas discricionárias do governo federal (que podem ser cortadas).

O assunto também foi discutido entre Guedes, o presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, e o ministro da Casa Civil, Ciro Nogueira. As paralisações de servidores do Banco Central e da Receita Federal são as que mais preocupam o governo, diante do risco para a economia.

Sem reposição da inflação

Nas conversas, Guedes tem ressaltado que aceitaria dar um aumento para servidores de maneira "moderada" e geral. Ele ressalta, porém, ser contra um reajuste para repor a inflação do último ano.

Analistas do BC têm salário inicial de R$ 19,2 mil que pode chegar a R$ 27,4 mil no topo da carreira. Já a remuneração dos técnicos varia de R$ 7,5 mil a R$ 12,5 mil. Eles reivindicam reajustes de mais de 20%.

Auditores da Receita Federal, cujos salários básicos variam entre R$ 21 mil e R$ 27,3 mil, estão entregando cargos e fazendo greve por não haver a regulamentação do bônus de produtividade para os servidores, que garante pagamento extra de R$ 3 mil.

O governo tem pressa para resolver o reajuste por conta dos prazos definidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) em ano de eleições. A lei fala que não é possível aumentar ou executar qualquer ato que eleve a despesa de pessoal seis meses antes do fim do mandato do chefe do Poder - ou seja, a partir de julho.

PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DE PERNAMBUCO - PRODEPE

EDITAL DE NÃO CONCORRÊNCIA

A empresa **F C TRADING IMPORTADORA & EXPORADORA EIRELI** localizada à Av. Agamenon Magalhães, 2939, sl. 1304, Espinheiro, Recife/PE, CEP: 50050 - 290, inscrita no CNPJ: 11.842.472/0001-08 e IE nº 040281639, atendendo a exigência contida no artigo 13, da Lei nº 11.675, de 11 de outubro de 1999, e no artigo 17, do Decreto nº 21.959, de 27 de dezembro de 1999, faz saber aos interessados que comercializa ou se propõe a comercializar os produtos a seguir indicados, pleiteando para tanto a concessão dos benefícios fiscais e financeiros estabelecidos pelo PRODEPE na modalidade de Comércio Importador Atacadista, e convoca a quem produza bem similar a apresentar comprovação da fabricação à Diretoria de Incentivos Fiscais da Agencia de Desenvolvimento de Pernambuco - AD Diper no prazo máximo de 15(quinze) dias partir da data de publicação deste edital que está disponível no seguinte link: www.addiper.pe.gov.br/index.php/23-2022-fc-trading-importadora-exporadora-eireli/

Endereço para correspondência: Agencia de Desenvolvimento de Pernambuco - AD/ DIPER, Av. Conselheiro Rosa e Silva, nº 347 - Espinheiro - Recife- PE. CEP:52020-220.

EDITAL
ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DA CAMPANHA SALARIAL 2022/2023

Nos termos do Art. 77°, "a", do Estatuto do STTREPE, ficam convocados todos Trabalhadores Rodoviários e afins que compõem a categoria profissional representada pelo STTREPE na sua base territorial conforme Art. 1° do Estatuto, para participarem da Assembleia Geral Extraordinária na sede da Entidade: Rua Araripina n°111, Santo Amaro, Recife-PE, no dia 19.04.2022 (terça-feira) em dois turnos: - Manhã: primeira convocação às 9:30 horas e segunda convocação às 10:00; - Tarde: primeira convocação às 15:30 horas e segunda convocação às 16:00; A Assembleia Geral Extraordinária discutirá e aprovará a seguinte pauta:
a) Campanha Salarial e aprovação da pauta de reivindicações para negociação da Convenção Coletiva de Trabalho 2022-2023;
b) Realização de Assembleias Setoriais;

Recife/PE, 14 de Abril de 2022.

Aldo Lima da Silva
Presidente do STTREPE

Sociedade de Reumatologia de Pernambuco

Assembléia Geral Extraordinária - Edital de Convocação

São convocados os senhores associados a se reunirem em Assembléia Geral Extraordinária, no dia 16 de maio de 2022 às 19:30 horas, como primeira convocação e com o mínimo de 1/3 dos associados presentes e às 20:00 horas como Segunda e última convocação e com qualquer número de associados de forma presencial em sua sede, à Praça Oswaldo Cruz nº 393 no bairro da Boa Vista, na cidade de Recife, a fim de deliberarem sobre alterações no Estatuto Social da entidade para fins de filiação à Sociedade Brasileira de Reumatologia .

Recife, 14 de abril de 2022

Lilian David de Azevedo Valadares
Presidente SRPE 2020/2022

EXTENSÃO TECNOLÓGICA

FacSenacPE abre 800 novas vagas

A Faculdade Senac Pernambuco (FacSenacPE) abriu inscrições para 800 vagas em cursos gratuitos de extensão tecnológica. As formações do Programa de Formação Tecnologias 4.0 acontecem remotamente na segunda quinzena de abril e contemplam segmentos da área de Tecnologia. Serão realizadas qualificações na Região Metropolitana do Recife (RMR), Mata Sul e Agreste. A oferta integra as ações do Programa de Extensão Tecnológica (PET) 2022, da Facepe, no qual a FacSenacPE teve oito projetos aprovados. As inscrições podem ser realizadas até o dia 17 de abril.

Capacitações em duas etapas

Podem participar das qualificações da Faculdade Senac alunos da própria faculdade, do Senac e público em geral. As vagas estão abertas para a primeira etapa, na qual acontecerão capacitações com carga-horária de 36h voltadas para áreas como internet das coisas, automação, robótica, ciência de dados e sensores inteligentes. A segunda etapa será a participação no projeto de desenvolvimento de soluções para empresas e instituições de Pernambuco. Para a segunda fase, haverá a possibilidade de bolsa, acessível apenas a estudantes do Senac e FacSenacPE.

serviço

As inscrições podem ser realizadas pelo link www.faculdadesenacpe.edu.br/formacao-4.0

D4Sign 0b0ec64e-ff0f-4399-bf30-38956d8a22ae - Para confirmar as assinaturas acesse https://secure.d4sign.com.br/verificar
Documento assinado eletronicamente, conforme MP 2.200-2/01, Art. 10º, §2.

ASSOCIAÇÃO SUL BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL. CNPJ 15.156.557/0001-93 Recife - PE

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 - Em reais (1)

	Nota Explicativa	Exercício de 2021 por Area de Atuação: Educação Básica	Assistência Social	Mantene. e Outras Atividades Assoc.	Consoliado 2.021	2.020
ATIVO CIRCULANTE		2.600.542	1.298.798	2.772.798	6.672.138	4.590.215
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	4	957.218	462.016	2.762.765	4.181.999	3.215.269
Caixa e bancos		42.016	366.258	42.688	450.962	150.226
Aplicações financeiras de liquidez imediata		915.202	95.758	2.720.076	3.731.036	3.065.043
CONTAS A REC.DE CLIENTES E OUT. RECEBÍVEIS		1.643.324	836.782	10.033	2.490.139	1.374.946
Anuidades e/ou mensalidades escolares	5.	1.368.884	0	0	1.368.884	1.629.502
Impostos e contribuições a recuperar		0	0	0	0	8.087
Outros valores a receber	6.	1.038.028	836.782	10.033	1.884.843	431.640
(-) Perdas Estimadas c/Créditos de liquidação Duvidosa	7.	(763.589)	0	0	(763.589)	(694.283)
ATIVO NÃO CIRCULANTE		5.931.316	11.302.309	815.292	18.048.916	18.484.550
IMOBILIZADO	8	5.931.316	11.302.309	815.292	18.048.917	18.484.550
Imóveis		14.104.520	15.406.848	1.943.384	31.454.752	31.404.752
Instalações e benfeitorias		256.448	480.494	185.672	922.614	453.614
Máquinas, aparelhos e equipamentos		2.300.761	336.056	551.151	3.187.969	3.002.108
Veículos		364.720	91.395	436.815	892.930	816.930
Móveis e utensílios		1.107.623	170.275	339.574	1.617.472	1.598.941
Bibliotecas e materiais didáticos e pedagógicos		257.673	120.616	471.792	850.082	850.082
Benfeitorias em imóveis de terceiros		90.779	0	0	90.779	90.779
Outras imobilizações		0	0	1.770	1.770	1.770
(-) Depreciações e amortizações acumuladas		(12.551.208)	(5.303.375)	(3.114.867)	(20.969.450)	(19.734.426)
INTANGÍVEIS	9	0	0	(0)	(0)	0
Direito de uso de softwares		16.718	0	159.629	176.347	176.347
(-) Depreciações e amortizações acumuladas		(16.718)	0	(159.629)	(176.347)	(176.347)
TOTAL DO ATIVO		8.531.857	12.601.108	3.588.089	24.721.054	23.074.765
PASSIVO CIRCULANTE		2.163.187	1.016.633	328.381	3.508.201	1.676.697
Fornecedores		81.319	113.257	71.939	266.514	109.257
Obrigações Trabalhistas a Pagar	10.	804.185	103.862	207.087	1.115.134	1.021.260
Impostos, taxas e contribuições diversas	11.	128.982	28.614	45.858	203.454	152.315
Adiantamentos de clientes	12.	621.563	5.031	3.497	630.091	373.461
Outras contas a pagar	13.	527.138	765.869	0	1.293.007	20.404
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		6.368.670	11.584.475	3.259.709	21.212.853	21.398.068
Patrimônio social	14.	7.447.023	11.857.546	1.908.284	21.212.853	21.398.068
Superavits e déficits acumulados		6.763.296	11.325.073	3.309.700	21.398.068	20.841.321
Superávit/Défict do exercício		683.727	532.474	(1.401.416)	(185.215)	556.747
Transferências entre Mantenedoras e Mantidas	14.1	(1.078.353)	(273.072)	1.351.425	0	0
TOTAL DO PASSIVO		8.531.857	12.601.108	3.588.090	24.721.054	23.074.765

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO (Em Reais 1)

	Nota Explicativa	Per. 01/JAN./21 a 31/DEZ./21 por Area de Atuação: Educação Básica	Assistência Social	Mantened.e Outras Atividades Assoc.	Consolidado: Período de 01/JAN./21 a 31/DEZ./21	Período de 01/JAN./20 a 31/DEZ./20
RECEITA COM VENDAS DE MERCAD.E SERVIÇOS		15.093.260	1.923.295	1.820.484	18.837.040	18.219.954
Atividades Educacionais		14.053.412	0	0	14.053.412	14.388.384
Anuidades e mensalidades escolares		13.850.212	0	0	13.850.212	14.264.954
Outras receitas com serviços educacionais		203.200	0	0	203.200	123.430
Atividades Assistenciais e de Educação Básica Gratuita	15	1.039.847	1.923.295	1.820.484	4.783.627	3.831.570
Convenios e subvenções governamentais	15.1	30.000	138.062	0	168.062	162.699
Outros convenios		654.176	690.201	0	1.344.377	149.634
Doações e contribuições	15.2	355.671	1.095.032	1.820.484	3.271.188	3.519.237
DEDUÇÕES DAS RECEITAS		(3.986.627)	0	0	(3.986.627)	(4.428.929)
Descontos, abatimentos e cancelamentos		(1.537.149)	0	0	(1.537.149)	(1.854.116)
Bolsas de Estudos Parciais e Integrais Leis 11.096/05, 12.101/09, e Decreto 8.242/14	16.	(1.989.262)	0	0	(1.989.262)	(2.052.874)
Bolsas de Estudos a Filhos de Funcionários		(460.217)	0	0	(460.217)	(521.939)
RECEITA OPERACIONAL LIQUIDA		11.106.633	1.923.295	1.820.484	14.850.413	13.791.025
RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS		(10.711.044)	(1.388.796)	(2.927.580)	(15.027.420)	(14.208.332)
Receitas e Despesas Operacionais com Serviços em Atividades Educacionais		(10.711.044)	0	0	(10.711.044)	(9.598.562)
Despesas Operacionais c/Serviços em Ativ. Educacionais		(10.711.044)	0	0	(10.711.044)	(9.598.562)
Pessoal e encargos	17.	(7.546.764)	0	0	(7.546.764)	(6.865.019)
Gastos gerais e materiais de uso consumo	18.	(2.144.080)	0	0	(2.144.080)	(1.565.075)
Tributos, taxas e contribuições		0	0	0	0	0
Depreciações e amortizações		(731.090)	0	0	(731.090)	(736.916)
Outras despesas operacionais		(289.111)	0	0	(289.111)	(431.552)
Outras Receitas Operacionais com Ativ. Educacionais		0	0	0	0	0
Receitas e Despesas Operacionais c/Serv.Educacionais e Atividades Assistenciais Gratuitas		0	(1.388.796)	(2.927.580)	(4.316.376)	(4.609.771)
Despesas Operacionais com Serviços Educacionais e Ativ. Assist. Gratuitas	16.	0	(1.388.796)	(2.927.580)	(4.316.376)	(4.609.771)
Pessoal e encargos	17.	0	(680.933)	(1.406.452)	(2.087.385)	(2.205.730)
Gastos gerais e materiais de uso consumo	18.	0	(331.905)	(1.262.234)	(1.594.139)	(1.674.802)
Tributos, taxas e contribuições		0	0	0	0	0
Depreciações e amortizações		0	(370.985)	(147.265)	(518.251)	(543.468)
Outras despesas operacionais		0	(4.972)	(111.630)	(116.602)	(185.771)
Outras Receitas Operacionais com Serviços Educ e AtivIdades Assistenciais Gratuitas		0	0	0	0	0
DEFICIT DO EXERCÍCIO ANTES DAS DESPESAS E RECEITAS FINANCEIRAS		395.589	534.499	(1.107.096)	(177.008)	(417.307)
Despesas e Receitas Financeiras		288.139	(2.025)	(294.320)	(8.207)	974.055
Despesas Financeiras		(136.956)	(11.445)	(98.294)	(246.695)	(245.134)
Receitas Financeiras		425.095	9.419	(196.026)	238.488	1.219.189
DEFICIT DO EXERCÍCIO ANTES DAS PARTICIPAÇÕES		683.727	532.474	(1.401.416)	(185.215)	556.748
BENEFICIO TRIBUTÁRIO AUFERIDO		1.509.801	137.428	318.122	1.965.351	1.826.172
ISENÇÕES E IMUNIDADES	19.	(1.509.801)	(137.428)	(318.122)	(1.965.351)	(1.826.172)
Contribuição Previdenciária Patronal		(1.509.801)	(137.428)	(318.122)	(1.965.351)	(1.826.172)
COFINS		0	0	0	0	0
Contribuição Social sobre o Lucro		0	0	0	0	0
Imposto de Renda Pessoa Jurídica		0	0	0	0	0
RESULTADO DO EXERCÍCIO		-	-	-	-	-
		683.727	532.474	(1.401.416)	(185.215)	556.747
RESULTADO DO EXERCÍCIO		683.727	532.474	(1.401.416)	(185.215)	556.747

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - PERÍODO DE 01 DE JAN. DE 2019 A 31 DE DEZEMBRO DE 2020

(Em Reais 1)

EXERCÍCIO	MUTAÇÕES OCORRIDAS	PATRIMÔNIO SOCIAL	RESULTADO EXERCÍCIO	AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	TRANSFE. RÊNCIAS RECEBIDAS	TRANSFE- RÊNCIAS ENVIADAS	TOTAL DO GRUPO PATRIM. LIQ.
	SALDO EM 01/01/2020	22.361.946	(1.520.624)	0	(19.132.430)	19.132.430	20.841.322
	(-) Ajusrtes de exerc. anteriores				0		
	(+) Transferências Recebidas				(2.934.321)		(2.934.321)
2020	(-) Tranferências Enviadas					2.934.321	2.934.321
	(-) Deficit do Exercício 2020		556.747				556.747
	(+/-) Incorpor.à Conta Patrim.Social	(1.520.624)	1.520.624		0		
	SALDO EM 31/12/2020	20.841.322	556.747	0	(22.066.751)	22.066.751	21.398.069
	(-) Ajusrtes de exerc. anteriores			0			
	(+) Transferências Recebidas				(3.526.954)		(3.526.954)
2021	(–) Tranferências Enviadas				3.526.954		3.526.954
	(-) Superavit do Exercício 2021		(185.215)				(185.215)
	(+/-) Incorpor.à Conta Patrim.Social	556.747	(556.747)				0
	SALDO EM 31/12/2021	21.398.069	(185.215)	0	(25.593.705)	25.593.705	21.212.854

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA METODO INDIRETO (Em Reais 1)

	01/JAN./21 A 31/DEZ./21	PERÍODO DE 01/JAN./20 A 31/DEZ./20
1 - FLUXO DE CX ATIV.OPERACIONAIS	1.766.121	1.051.993
Resultado liquido ajustado	1.119.116	1.751.912
Deficit do exercicio	(185.215)	556.972
Ajustes		
Depreciações e amortizações	1.249.341	1.280.385
Provisão/Reversão da provisão para devedores duvidosos	69.306	(45.474)
Baixa de bens do ativo imobilizado	(14.316)	(39.970)
Transferencias para o patrimonio social	0	0
Acrescimos / Decrésc. do ativo circulante	(1.184.499)	(20.754)
Anuidades e/ou mensalidades escolares	260.618	(123.371)
Impostos e contribuições a recuperar	8.087	0
Outros valores a receber	(1.453.203)	102.617
Acrescimos / Decrésc.do passivo circulante	1.831.504	(679.165)
Fornecedores	157.257	(74.028)
Salarios e ordenados a pagar	93.874	(178.852)
Impostos, taxas e contribuições diversas	51.139	(44.731)
Adiantamentos de clientes	256.630	(351.179)
Outras contas a pagar	1.272.603	(30.375)
2 - FLUXO DE CX.ATIV. INVESTIMENTOS	(799.391)	(120.564)
Pagamentos de aquisições do imobilizado	(799.391)	(120.564)
Pagamentos de aquisições de intangíveis	0	0
Pagamentos de depositos em garantia	0	0
3 - FLUXO DE CX. ATIV.FINANCIAMENTOS	0	0
Pagamentos de emprestimos e financiamentos	0	0
Valores transitórios	0	0
4 - VARIAÇÃO DAS DISPON.NO PERÍODO	966.730	931.429
5 - RESUMO	-	-
Caixa e equiv.de caixa no inicio do exercício	3.215.269	2.284.185
Variação das disponibilidades no período	966.730	931.084
Caixa e equiv. de caixa no final do exercício	4.181.999	3.215.269

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

(Em Reais 1)

	2021	2020
VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR		
RECEITAS	**18.837.040**	**18.219.954**
Venda de Mercadorias e Serviços	14.053.412	14.388.384
Doações e Contribuições para Custeio	4.783.627	3.831.570
Outras receitas operacionais	-	-
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	**(4.143.931)**	**(3.857.200)**
Materiais de uso e consumo e outras gastos educacionais	(2.433.190)	(1.996.627)
Materiais de uso e consumo e outros gastos com assistencia social	(1.710.740)	(1.860.573)
VALOR ADICIONADO BRUTO	**14.693.109**	**14.362.754**
RETENÇÕES	**(1.249.341)**	**(1.280.385)**
Depreciações, Amortizações e Exaustões	(1.249.341)	(1.280.385)
VALOR ADICIONADO LIQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE	**13.443.768**	**13.082.369**
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERENCIA	**238.488**	**1.219.189**
Receitas Financeiras	238.488	1.219.189
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	**13.682.256**	**14.301.558**
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICION.		
Custos e Despesas com pessoal e encargos com atividades educacionais	7.546.764	6.865.019
Custos e Despesas com pessoal e encargos com assistencia social	2.087.385	2.205.505
Descontos e Bolsas de estudos totais e parciais	3.986.627	4.428.929
Impostos, taxas e contribuições	-	-
Despesas financeiras	246.695	245.134
Déficit do exercício	(185.215)	556.747
VALOR ADICIONADO DISTRIBUIDO	**13.682.256**	**14.301.559**

POLÍTICAS CONTÁBEIS E NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

1. Informações Gerais: A Associação Sul Brasileira de Educação e Assistência Social – ASBEAS é uma pessoa jurídica de direito privado, associação de fins não econômicos, de caráter filantrópico, assistencial e educacional. Tem como finalidade a educação e a assistência social, através da proteção da infância, da adolescência, da juventude e dos idosos. A associação não distribui resultados, dividendos, bonificações ou parcelas de seu patrimônio sob nenhum pretexto, bem como não remunera nem concede vantagens por qualquer forma a seus diretores, associados, conselheiros, instituidores, beneméritos, benfeitores e equivalentes. Os resultados operacionais são aplicados integralmente na manutenção e desenvolvimento de seus objetivos institucionais.

2. Base de Elaboração e Apresentação das Demonstrações Financeiras: As demonstrações contábeis foram elaboradas em observância às práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a Legislação Societária, as alterações da legislação introduzidas pelas Leis 11.638/2007 e 11941/2009, os pronunciamentos, as orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as Normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e, especialmente, a Resolução 1409/2012, que aprovou o ITG 2002/2012, que estabelecem critérios e procedimentos de avaliação, registro dos componentes e variações patrimoniais e de estruturação das demonstrações contábeis, e as informações mínimas a serem divulgadas em nota explicativa das entidades sem fins lucrativos. Tendo como parâmetro a convergência com as Normas Internacionais e a Resolução 1.374/11, a entidade se baseou em pressupostos básicos para a estrutura conceitual para elaboração e apresentação das demonstrações contábeis: Regime de Competência; - Continuidade; - Compreensibilidade; - Relevância; - Confiabilidade; - Comparabilidade. **2.1 Caixa e equivalentes de caixa:** Compreendem os saldos de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras. Essas aplicações financeiras possuem liquidez imediata e estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data de encerramento do exercício. **2.2 Contas a receber de clientes e outros recebíveis:** Referem-se a valores de curto e longo prazo referentes a mensalidades escolares a receber dos responsáveis financeiros pelos alunos matriculados, contratadas na forma de anuidade, porém a essência do processo é receber ao longo do exercício, em parcelas mensais - dentro do mês em curso – o valor correspondente aos serviços educacionais prestados naquele mês, e a outros valores recebíveis decorrentes de antecipações, cauções, impostos a recuperar, etc. Sobre estes valores não incidem juros e ao final de cada período, os valores contábeis de contas a receber de clientes e outros recebíveis são revistos para determinar se há qualquer evidência objetiva de que os valores não são recuperáveis. Os valores considerados incobráveis são reconhecidos como perda no resultado do exercício, e sobre os valores considerados duvidosos constitui-se provisão para perdas com créditos de liquidação duvidosa conforme o caso. As Anuidades e/ou mensalidades escolares se encontram registrados pelo valor de venda. **2.3 Imobilizado:** Itens do imobilizado são mensurados pelo custo de aquisição/construção, menos a depreciação acumulada. A Entidade não avaliou seus bens do ativo imobilizado a valor presente. Esta decisão foi baseada no item 2.13 e 2.14 da NBC TG 1000 (R1) – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas em função do custo do procedimento superar os benefícios esperados. A depreciação dos bens é reconhecida ao longo de suas vidas úteis estimadas, com base nas taxas estabelecidas pela legislação tributária e utilizando-se o método linear. As seguintes taxas anuais são usadas para a depreciação do imobilizado: **2.4 Intangíveis:** Ativos intangíveis consistem em softwares de computador adquiridos e reconhecidos pelo custo, menos a amortização acumulada calculada com base na vida útil estimada, utilizando-se o método linear. A entidade não avaliou seus bens do ativo intangível a valor presente. Esta decisão foi baseada no item 2.13 e 2.14 da NBC TG 1000 (R1) – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas em função do custo do procedimento superar os benefícios esperados. **2.5 Contas a pagar a fornecedores e outras obrigações:** As contas a pagar a fornecedores e outras obrigações, são obrigações assumidas em prazos normais de crédito e não estão sujeitas a juros. As contas a pagar a fornecedores quando valorizadas em moeda estrangeira são convertidas para Reais – unidade monetária brasileira - utilizando-se a taxa de câmbio vigente na data do encerramento. **2. 6 Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes:** São demonstrados pelos valores de realização (ativos) e pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas (passivos). **2.7 Provisões:** As provisões são reconhecidas quando um evento passado gerou uma obrigação presente - legal ou implícita – e existe a probabilidade da não realização de valores a receber ou de uma saída de recursos. Os valores constituídos como provisões foram calculados e registrados tomando por base a melhor estimativa do valor de liquidação na data de encerramento das demonstrações financeiras, levando em consideração os riscos e incertezas. **2.8 Redução ao valor recuperável de ativos – Impairment :** A Administração não efetuou o teste de impairment nos valores contábeis dos ativos de vida longa, principalmente o imobilizado a ser mantido e utilizado nas operações, para identificar o valor recuperável. Esta decisão foi baseada no item 2.13 e 2.14 da NBC TG 1000 (R1) – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas em função do custo do procedimento superar os benefícios esperados. **2.9 Ajuste ao valor presente:** As atualizações e/ou descontos para ajuste ao valor presente dos elementos do ativo e passivo financeiros – aplicações financeiras de curto e longo prazo, títulos e valores mobiliários, empréstimos e financiamentos conforme o caso - foram calculadas com base nas taxas de rendimentos ou encargos pactuada nas operações, de forma proporcional até a data do encerramento do exercício. Em relação aos ativos e passivos não financeiros - valores a receber de mensalidades, adiantamentos, outras contas a receber, fornecedores, e outras contas a pagar – não foram identificadas situações relevantes que indicassem a necessidade do referido ajuste. **2.10 Receitas, Custos e Despesas:** As receitas, custos e despesas são reconhecidos na demonstração do resultado com base na associação direta entre os custos e despesas e os correspondentes itens de receita. Esse processo, usualmente chamado de confrontação entre despesas e receitas (Regime de Competência), envolve o reconhecimento simultâneo ou combinado das receitas, custos e despesas que resultem diretamente das mesmas transações ou outros eventos.

3. Instrumentos Financeiros e Gerenciamento de Riscos Associados: Os instrumentos financeiros da Entidade encontram-se registrados em contas patrimoniais e estão compreendidos principalmente pelas contas-correntes bancárias, pelos saldos de aplicações financeiras, contas a receber e pelos empréstimos e financiamentos, classificados como instrumentos financeiros para negociação (caixa e equivalentes de caixa). Estão demonstrados por valores próximos aos seus valores de mercado, e estão expostos, principalmente, a riscos de mercado e de crédito, porém, nenhum indicativo de imparidade é conhecido pela Administração. A Entidade não opera com instrumentos financeiros derivativos. A Entidade apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros: **a.** Risco de crédito: representa o risco de prejuízo financeiro da Entidade caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro não cumpra com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis da Entidade representados, principalmente por caixa e equivalentes de caixa, mensalidades a receber e outros créditos. **b.** Risco de liquidez: representa o risco de a Entidade encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. Os principais passivos financeiros estão representados pelos fornecedores e obrigações sociais, fiscais e trabalhistas. **c.** Risco operacional: representa o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Entidade e de fatores externos, exceto os relacionados ao risco de créditos e de liquidez bem como aqueles decorrentes de exigências legais e reguladoras. O objetivo da Entidade é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos que inviabilizem a continuidade de sua operação.

4. Caixa e Equivalentes de Caixa

	2021 Em Reais (1)
Caixa	64.859
Bancos conta movimento	386.104
Aplicações financeiras de liquidez imediata	3.731.036
	4.181.999

5. Anuidades e Mensalidades a Receber

	2021 Em Reais (1)
Anuidades e mensalidades curriculares vencidas no último exercício	660.924
Anuidades e mensalidades curriculares vencidas de 01/01/2019 a 31/12/2020	707.960
	1.368.884

6. Outros Valores a Receber

	2021 Em Reais (1)
Adiantamentos a funcionários	112.404
Adiantamentos a fornecedores	8.515
Aluguéis	58.894
Cartões de crédito	368.714
Despesas antecipadas	6.823
Outros valores a receber	1.329.493
	1.884.843

7. Perdas Estimadas para Créditos de Liquidação Duvidosa: Os valores aqui apresentados foram calculados sobre o total dos saldos vencidos até 31/12/2021. Referentes ao exercício e referente aos dois exercícios anteriores.

8. Imobilizado

2021 em Reais (1)

Conta	Custo Atribuído pelo Valor Contábil	Depreciação Acumulada	Taxa de Depreciação e Amortização ao Ano	Valor Residual em 31/12/21
Instalações e benfeitorias	922.614	-268.949	10%	653.665
Máquinas, aparelhos e equipamentos.	3.187.970	-2.797.128	10%	390.842
Veículos	892.930	-727.753	10%	165.177
Moveis e utensílios	1.617.472	-1.553.624	20%	63.848
Bibliotecas e mat. didáticos e pedagógicos	850.082	-802.441	10%	47.641
Benfeitorias em imóveis de terceiros	90.779	-33.403		57.376
Outras imobilizações	1.770	-1.770	10%	0
	39.018.367	-20.968.677		18.049.690

9. Intangíveis

2021 em Reais (1)

	Custo Atribuído pelo Valor Contábil	Amortização Acumulada	Taxa de Amortização ao Ano	Valor Residual em 31/12/21
Direito de uso de softwares	176.347	(176.347)	20 %	0

10. Obrigações Trabalhistas a Pagar

	2021 Em Reais (1)
Salários e Ordenados	506.359
Férias e encargos	608.775
	1.115.134

11. Impostos, Taxas e Contribuições Diversas

	2021 Em Reais (1)
Tributos e contribuições a recolher	10.223
Encargos sociais e previdenciários	193.232
	203.454

12. Adiantamento de Clientes: Refere-se a antecipação de mensalidades escolares do próximo exercício, e valores a receber por transferência de direitos intangíveis conforme demonstramos a seguir, e estão demonstradas pelo valor original.

	2021 Em Reais (1)
Adiantamento de anuidades e mensalidades de 2021	630.091

13. Outras Contas a Pagar

	2021 Em Reais (1)
Outros valores	1.293.007
	1.293.007

14. Patrimônio Social: É composto pelos valores dos superávits e déficits acumulados ao longo dos exercícios, cujos valores foram reinvestidos na ampliação e manutenção de suas instalações e na manutenção dos serviços prestados. **14.1 Transferências Entre Mantenedora e Mantidas:** As transferências de recursos - enviados e/ou recebidos - entre as unidades matriz e filiais, são remessas de valores para fazer frente às obrigações, ou para centralizar a gestão dos recursos na mantenedora ou administrações regionais conforme o caso. Estão registradas a valores originais.

15. Receitas com Doações, Contribuições, Convênios e Subvenções Governamentais: As doações e contribuições estão registradas em contas de outras receitas operacionais, a valores originais. As doações e contribuições são valores recebidos de terceiros, a título de colaboração por espontaneidade dos benfeitores. Os valores referentes à convênios e subvenções governamentais e outros convênios não governamentais foram registrados em contas de receitas pelo regime de competência e aplicados na manutenção dos objetivos sociais da entidade e nos fins específicos de cada convênio conforme o caso.

15.1 Convênios e Subvenções Governamentais

	2021 Em Reais (1)
Governos Municipais	135.600
Governos Estaduais	32.462
	168.062

15.2 Doações, Contribuições e Eventos

	2021 Em Reais (1)
Doações e Contribuições de pessoas físicas	2.450.199
Doações e Contribuições de pessoas jurídicas	292.631
Contrib. de Idosos na Forma do Art. 35 da Lei 10.741/03	331.959
Contribuições de Pensionistas	196.399
	3.271.188

16. Aplicação em Gratuidades: A instituição mantém critérios de avaliação social para a concessão e manutenção das gratuidades. Os benefícios são na forma de: (a) Atendimento assistencial a crianças, idosos e pessoas carentes, com gratuidade total, as quais são concedidas após avaliação de situações especiais e excepcionais, dadas em função da renda familiar, da necessidade imperiosa de auxílio para a família, ou outras que possam comprometer a manutenção e formação do individuo; (b) Bolsas de estudos totais e parciais; e (c) Hospedagem, alimentação e atendimento de saúde as crianças atendidas na entidade. A Entidade observa as regras da Lei 12.101/09 e alterações e do Decreto 8.242/14 em relação à aplicação de recursos em gratuidades, e concessão de bolsas de estudo, necessárias para a manutenção da certificação de entidade beneficente de assistência social.

16.1 Demonstração da Aplicação de Recursos em Gratuidades no exercício conforme Lei 12.101/09 e alterações e Decreto 8.242/14

	2021 Em Reais (1)
(+) Bolsas de Estudos Integrais e Parciais de 50% - Lei 12.101/09 e alterações e Decreto 8.242/14 na Educação Básica	1.989.262

16.2 Quantidades de Bolsas de Estudos Concedidas no exercício nas Unidades de Ensino Superior e Educação Básica de Acordo com a Lei 12.101/09 e Alterações e Decreto 8.242/14, Demonstrada Conforme Anexos VIII-A e VIII-B da Portaria Normativa MEC 15/2017.

a) **Educação Básica – Anexo VIII-A da Portaria Normativa MEC 15/2017**

		Educação Básica
Total de alunos matriculados (a)		**1.458**
Alunos bolsa integral (Lei 12.101/2009)	Io	52
Alunos bolsa integral e c/deficiência (Lei 12.101/2009)	Id	0
Alunos bolsa integ.e em tempo integral (Lei 12.101/2009)	It	151
Alunos bolsa integral (Lei 11.096/2005 - PROUNI)	Ipro	0
Alunos bolsa integral (Pós-graduação strictu sensu) (Lei 12.101/2009)	Ipg	0
Número total de alunos com bolsa integral (Lei 12.101/2009)	**I**	**203**
Outras bolsas integrais (b)		30
Alunos matricul. em cursos que não sejam de graduação ou sequencial de form.específica regulares (c)		0
Alunos inadimplentes (d)		
Alunos Pagantes: (a) - (b) - (c) - (d)	**N**	**1.428**
Alunos bolsa parcial de 50% (Lei 12.101/2009)	Po	50
Alunos bolsa parcial de 50% (Lei 11.096/2005 - PROUNI)	Ppro	0
Alunos bolsa parcial de 50% (Pós-graduação strictu sensu) (Lei 12.101/2009)	Ppg	0
Número total de alunos com bolsa parcial de 50% (Lei 12.101/2009)	**P**	**50**
Numero total de bolsas integrais equivalentes	**B**	**288**
Outras bolsas parciais		0
Cálculo dos benefícios complementares		
Montante dos custos realizados pela entidade com os benefícios complementares	Vbc	R$ 0,00
Receita Bruta anual de Mensalidades	M	R$ 0,00
Total de alunos matricul. excluindo-se os inadimplen.	A	1.458
Valor de referência utilizado para conversão dos benefícios complementares	Vr	R$ 0,00
Bolsas integrais convert.em benefícios complementares		0
Limite de benefícios complementares (até 25% do máximo de bolsas integrais)		96
Número de benefícios complem.utiliz. no cálculo	**Bc**	**0**
Verificação do atendimento das proporções de bolsas de estudo		**Art. 13**
Quantidade mínima de bolsas 1/5 (Educação Superior sem Prouni 1/4)		**Atendido**
Quantidade mínima de bolsas 1/9		**Atendido**

17. Gastos com Pessoal e Encargos

2021 - Em Reais (1)

	Educaç. Básica	Educaç. Básica Gratuita	Assistência Social	Outras Atividad. Associat.	Total
Salarios, ordenados e indenizações	6.240.105	643.939	680.933	1.225.708	8.790.685
Encargos sociais	604.335	58.384	55.394	125.350	843.463
Outros gastos	0	0	0	0	0
	6.844.440	702.323	736.327	1.351.058	9.634.149

18. Gastos Gerais e Materiais de Uso e Consumo

2021 - Em Reais (1)

	Educaç. Básica	Educaç. Básica Gratuita	Assistência Social	Outras Atividad. Associat.	Total
Serv. de terc.pessoas fisicas e juridicas	107.117	14.766	5.900	524.677	652.461
Alimentos	39.575	79.151	74.799	192.577	386.102
Agua e esgoto	162.692	2.132	15.058	18.956	198.838
Energia eletrica	343.162	68.332	20.885	27.925	460.304
Internet	52.504	3.615	3.120	5.947	65.186
Locaç. bens móveis	29.333	0	6.080	8.220	43.633
Manut.bens imóveis	312.561	82.040	83.366	38.233	516.200
Manuten. de veículos	9.368	1.080	4.864	14.113	29.426
Manut. de bens móveis	23.459	5.001	5.980	6.618	41.058
Material de escritorio	43.263	14.348	1.355	6.369	65.335
Medic. e desp. médicas	1.868	10.117	10.230	42.700	64.915
Medicas e laboratoriais	7.322	10820	8.999	45.487	72.627
Despesas com viagens	663	0	1620	31.489	33.772
Seguro educacional	224.316	0	0	0	224.316
Telecomunicações	23.769	5.207	11.307	62.413	102.696
Outros gastos	371.160	95.338	78.343	236.509	781.350
	1.752.131	391.948	331.905	1.262.234	3.738.219

19. Isenções e Imunidades: Os benefícios recebidos no exercício na forma de isenção parcial ou total da contribuição da empresa para o INSS foram calculados como se devido fossem por unidade.

TRIBUTO / CONTRIBUIÇÃO	2021 Em Reais (1)
- Contribuição Previdenciária Patronal	1.965.351

20. Seguros: A entidade mantém seus bens móveis e imóveis segurados a valores julgados suficientes para cobertura de eventuais perdas e/ou danos.

21. Aprovação das Demonstrações Financeiras: Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pela direção geral da entidade e autorizadas para emissão em 25 de março de 2022.

COSMIRA CORREIA SANTOS
DIRETORA PRESIDENTE
364.477.655-53

PATRICIA SOUSA SANTOS
DIRETORA TESOUREIRA
949.059.595-00

MÔNICA TERESA LOPES
CONTADORA CRC PE 02915/O-4
019.878.924-61

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ilmos. Srs. Diretores e Associados da **ASSOCIAÇÃO SUL BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL - ASBEAS.** Recife - PE.

Opinião com ressalva: Examinamos as demonstrações contábeis da **ASSOCIAÇÃO SUL BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL - ASBEAS**, que compreendem o balanço patrimonial levantado em 31 de dezembro de 2021, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido, do valor adicionado e dos fluxos de caixa correspondentes ao período findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. Em nossa opinião exceto quanto aos possíveis efeitos do assunto descrito no parágrafo "Base para opinião com ressalva" as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **ASSOCIAÇÃO SUL BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL - ASBEAS**, em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião com ressalva: Não foi possível obter segurança razoável quanto a existência dos itens do Ativo Imobilizado adquiridos anteriormente ao exercício de 2018. Devido a existência de bens no balanço possivelmente já totalmente depreciados ou em desuso. Sendo necessário uma análise mais profunda para levantamento dos ativos.

Ênfase - Base de Elaboração e Apresentação das Demonstrações Financeiras: Chamamos a atenção para a nota explicativa 2. Destaca que as demonstrações contábeis foram elaboradas em observância às práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem as Normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e, especialmente, a Resolução 1409/2012, que aprovou o ITG 2002/2012, que estabelecem critérios e procedimentos de avaliação, registro dos componentes e variações patrimoniais e de estruturação das demonstrações contábeis, e as informações mínimas a serem divulgadas em nota explicativa das entidades sem fins lucrativos.

Principais assuntos de auditoria: Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

1. Aplicação em gratuidades: A entidade é uma pessoa jurídica de direito privado, associação sem fins não lucrativos, de caráter filantrópico, assistencial e educacional. Tem como finalidade a educação e a assistência social, através da proteção da infância, da adolescência, da juventude e dos idosos. Possui certificação de acordo com a na Lei 12.101/2009 e alterações e dos Decretos 7237/2010 e 8242/2014 e usufrui da isenção da Cota Patronal de INSS sobre a

continua...

D4Sign 0b0ec64e-ff0f-4399-bf30-38956d8a22ae - Para confirmar as assinaturas acesse https://secure.d4sign.com.br/verificar
Documento assinado eletronicamente, conforme MP 2.200-2/01, Art. 10º, §2.

...continuação - **Associação Sul Brasileira de Educação e Assistência Social**

folha de pagamento. Com isso deve conceder bolsas educacionais integrais e ou parciais a alunos de famílias de baixarenda que atendam aos requisitos da legislação e prestar ações e atendimentos gratuitos. Conforme demonstrado nas notas explicativas 16, 16.1 e 16.2. A entidade atendeu as exigências da Lei 12.101/09 e alterações e do Decreto 8.242/14 em relação à quantidade de bolsas de estudo concedidas e prestou atendimento assistencial a crianças, idosos e pessoas carentes, com gratuidade total. Requisitos para a manutenção da certificação de entidade beneficente de assistência social.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria? Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (a) o cálculo se o número de bolsas concedidas era suficiente comparadas ao número de alunos matriculados; (b) se os bolsistas atendiam aos requisitos da legislação; (c) análise se houve cobrança de algum serviço ofertado pela entidade às pessoas carentes. Consideramos que os critérios e premissas adotados pela Entidade para seleção dos alunos bolsistas e oferta de serviços, são aceitáveis no contexto da legislação e que foram atendidos os requisitos para manutenção da certificação.

2. Perdas Estimadas para Créditos de Liquidação Duvidosa: A entidade calcula a perda estimada para créditos de liquidação duvidosa sobre a média dos valores vencidos nos últimos 3 anos da data de encerramento das demonstrações. Aplicando a média de inadimplência sobre o saldo em aberto do contas a receber no final do exercício. À baixa desses valores como não recuperáveis são feitas com base nos valores vencidos há mais de 3 anos da data de encerramento do exercício de 2020.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria? Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (a) verificação dos débitos vencidos há mais de 3 anos no encerramento do exercício e também se estavam devidamente registrados no exercício anterior; (b) conferência do cálculo da média de inadimplência dos últimos 3 anos. Consideramos que os critérios e as premissas adotados pela Entidade para estimar a provisão para créditos de liquidação duvidosa são aceitáveis no contexto das demonstrações contábeis.

3. Caixa e Equivalentes de Caixa: A instituição conforme nota explicativa 4 mantém valores elevados em caixa por períodos longos, aumentando o risco de perdas.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria? Nossos procedimentos de auditoria incluiram, entre outros: (a) verificação se há boletins de controle e acompanhamento dos caixas; (b) Amostragem dos pagamentos e depósitos em espécie; (c) sugestão que as operações sejam tratadas por via bancária e seja criado um fundo fixo para pequenas despesas. Consideramos que os critérios e as premissas adotados pela Entidade para o controle de caixa são aceitáveis no contexto das demonstrações contábeis, e esta está reduzindo gradativamente as operações em espécie.

Outros assuntos - Demonstração do Valor Adicionado: Foi apresentada no conjunto das demonstrações contábeis do exercício a Demonstração do Valor Adicionado. De acordo com as normas contábeis e legislação vigente, a Entidade está desobrigada de apresentar a referida demonstração, porém a administração da Entidade decidiu por apresentar esta demonstração título de informações complementares. Sobre a referida demonstração foram aplicados os procedimentos de auditoria externa.

Termo de Ajuste de Gratuidade -TAG: A entidade firmou em 2018 um Termo de Ajuste de Gratuidade-TAG. Visto que no exercício de 2017, não havia cumprido os requisitos de oferta de gratuidade. Contudo, de acordo com o art. 17 da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, firmou o termo acima supracitado celebrado com o Ministério da Educação para compensação da gratuidade não concedida. Tendo no exercício de 2021 o seu último ano de compensação, alcançando os dispositivos no TAG, cumprindo assim o termo, não sendo a partir do exercício 2022, conceder bolsas sociais além dos requisitos previstos na legislação do CEBAS.

Auditoria relativa ao exercício anterior: As demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2020, apresentadas para fins de comparabilidade com as demonstrações contábeis do período findo em 31 de dezembro de 2021, foram por nós auditadas, com parecer datado de 27 de abril de 2021 com ressalvas e com parágrafos de ênfase.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações contábeis: A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Recife, PE - 28 de março de 2022

AUDITORE - AUDITORES INDEPENDENTES
DO TERCEIRO SETOR LTDA
CRC-CE-002603/O
Antonio Quirino Gomes
Contador/Auditor - CRC/CE: 023568/O-0 - CNAI: CFC 5269

ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE DAS FILHAS DE SANT'ANA - ASSOBENFISA

- CNPJ Nº 10.830.875/0001-74. **RELATÓRIO DA DIRETORIA:** Sras. ASSOCIADAS, Submetemos a apreciação de V.Sas. o Balanço Geral e as Demonstrações Financeiras dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019 com os pareceres do Conselho fiscal e do Auditor Independente, demonstrando os fatos relevantes do período. A Diretoria permanece à sua disposição para quaisquer informações que julgarem necessárias. Recife-PE, 08 de Abril de 2022.

BALANÇO PATRIMONIAL - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021, 2020 e 2019 - EM REAIS

ATIVO	2021	2020	2019
CIRCULANTE	**37.389.173**	**35.980.789**	**36.167.675**
DISPONÍVEL	**32.530.721**	**30.024.012**	**30.971.284**
Caixa Geral	193.967	200.010	352.671
Bancos Conta Disposição	136.779	874.359	154.525
Aplicações Financeiras	28.764.746	18.394.429	23.845.521
Aplicações Financeiras-CDB/RDB	3.435.230	10.555.215	6.618.567
CRÉDITOS	**4.858.452**	**5.956.777**	**5.196.391**
Créditos a Compensar junto ao INSS			
Contas a Receber de Div. Devedores			
Créditos a Receber	265.576	386.542	378.210
Adiantamentos Diversos	121.621	110.052	52.851
Mensalidades a Receber	2.479.326	3.733.962	3.027.677
Mensalidades a Rec Exerc Anteriores	5.905.315	6.246.532	6.369.992
Cheques a Receber	-	-	-
(-) Prov. P/Devedores	(3.913.386)	(4.520.312)	(4.632.339)
ESTOQUES	-	-	-
Estoques	-	-	-
NÃO CIRCULANTE	**17.512.078**	**17.577.685**	**17.368.834**
REALIZÁVEL LONGO PRAZO	**294.567**	**294.567**	**297.419**
Títulos de Capitalização/Dep. Judicial	294.567	294.567	297.419
PERMANENTE	**17.217.511**	**17.283.117**	**17.071.415**
IMOBILIZADO	**17.217.511**	**17.283.117**	**17.071.415**
INVESTIMENTOS	-	-	-
Ações da Telebras	-	-	-
IMOBILIZADO DE USO	**17.217.511**	**17.283.117**	**17.071.415**
Imóveis de Uso	16.287.940	16.022.463	15.705.283
Móveis e Utensílios e Instalações	3.089.478	3.013.966	2.841.230
Biblioteca	38.487	38.487	38.487
Máquinas e Equip. e Apar. Em Geral	6.423.039	5.861.648	5.463.891
Veiculos	10.696	10.696	10.696
Direitos de Uso de Linhas Telefônicas	133.899	126.519	115.891
(-) Depreciações	(8.766.028)	(7.790.662)	(7.104.063)
TOTAL DO ATIVO	**54.901.251**	**53.558.473**	**53.536.509**
EXTRA PATRONIAL - COMPENSADO	**14.984.255**	**16.097.097**	**16.334.647**
Gratuidades bolsas (Lei 12.101/2009)	8.976.104	9.578.825	9.516.762
Gratuidades Bolsas (Convenção Coletiva do Trabalho)	1.777.193	1.801.198	1.588.269
Isenção Cota Patronal - INSS	4.230.959	4.717.074	5.229.615
PASSIVO	**2021**	**2020**	**2019**
CIRCULANTE	**5.381.365**	**4.453.137**	**5.025.429**
EXIGIBILIDADE	**5.381.365**	**4.453.137**	**5.025.429**
Fornecedores	566.797	150.157	136.839
Salários a Pagar	588.233	603.679	384.579
Contas a Pagar	141.165	95.752	135.155
Obrigações Sociais e Trabalhistas	419.951	528.269	477.342
Obrigações Tributárias e Recolher	-	-	-
Provisões Sociais	1.659.828	1.555.198	1.644.231
Cheques a Compensar	-	-	-
Adiantamento de Clientes	2.005.392	1.520.083	2.247.283
NÃO CIRCULANTE	-	-	-
Contas a Pagar	-	-	-
Processos Contas à pagar	-	-	-
Alugueis a receber			
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**49.519.886**	**49.105.336**	**48.511.081**
Patrimônio Social	49.105.336	48.511.081	44.672.776
Resultado do Exercício	414.550	594.256	3.873.560
Ajuste de Exercícios Anteriores			(35.255)
TOTAL DO PASSIVO	**54.901.251**	**53.558.473**	**53.536.509**
EXTRA PATRONIAL - COMPENSADO	**14.984.255**	**16.097.097**	**16.334.647**
Gratuidades bolsas (Lei 12.101/2009)	8.976.104	9.578.825	9.516.762
Gratuidades Bolsas (Convenção Coletiva do Trabalho)	1.777.193	1.801.198	1.588.269
Isenção Cota Patronal - INSS	4.230.959	4.717.074	5.229.615

DEMONSTRATIVO DOS SUPERÁVIT E DÉFICIT DOS EXERCÍCIOS

Exercício de	2021	2020	2019
RECEITAS OPERACIONAIS:			
Receitas de Serviços Educacionais:			
Mensalidades Escolares	46.029.804	49.717.690	49.944.084
Doações/Subvenções	128.731	699.436	800.406
Receitas Financeiras	1.487.385	721.279	1.533.975
Outras Receitas Operacionais	461.326	426.927	1.074.550
Multas s/ Mensalidade Atrasada	175.553	184.846	360.025
(-) Devolução de Mensalidades	(49.732)	(55.728)	(1.314)
(-) bolsa integral (Lei 12.101/2009)	(7.067.567)	(7.620.246)	(7.499.253)
(-) bolsa parcial de 50% (Lei 12.101/2009)	(1.908.537)	(1.958.579)	(2.017.509)
(-) Outras Bolsas (Convenção Coletiva do Trabalho)	(1.777.193)	(1.801.198)	(1.588.269)
(-) Descontos Incondicionais	(813.693)	(2.354.148)	(570.854)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	**36.666.077**	**37.960.278**	**42.035.840**
DESPESAS OPERACIONAIS:			
Despesas Com Pessoal	(15.716.377)	(15.956.578)	(21.207.236)
Encargos Sociais e Trabalhistas	(1.083.302)	(1.119.549)	(1.270.250)
Despesas Tributárias	(112.782)	(70.073)	(68.966)
Despesas Financeiras	(4.911.107)	(4.573.124)	(3.797.743)
Despesas Administrativas	(14.554.157)	(15.685.028)	(11.966.762)
Total das Despesas Operacionais	**(36.377.725)**	**(37.404.351)**	**(38.310.957)**
SUPERÁVIT/DÉFICIT OPERAC.LÍQUIDO	**288.352**	**555.926**	**3.724.883**
OUTRAS RECEITAS/DESP.OPERACIONAIS:			
Outras Receitas	-	-	-
Ganhos Patrimoniais	-	-	-
Alugueis	126.197	38.329	148.677
SUPERÁVIT/DÉFICIT DO EXERCÍCIO	**414.550**	**594.256**	**3.873.560**

DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO DO PATRIMONIO CIRCULANTE LÍQUIDO DOS EXERCÍCIOS

FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO (EM REAIS)

ANO	**2020**	**2021**	**VARIAÇÃO**
CONTAS			
ATIVO CIRCULANTE	35.980.789	37.389.173	1.408.384
PASSIVO CIRCULANTE	(4.453.137)	(5.381.365)	(928.228)
PATRIMÔNIO CIRCULANTE LÍQUIDO	31.527.652	32.007.808	**480.156**
ANO	**2019**	**2020**	**VARIAÇÃO**
CONTAS			
ATIVO CIRCULANTE	36.167.975	35.980.789	(187.186)
PASSIVO CIRCULANTE	(5.025.429)	(4.453.137)	572.292
PATRIMÔNIO CIRCULANTE LÍQUIDO	R$ 31.142.546	R$ 31.527.652	**R$ 385.105**
ANO	**2018**	**2019**	**VARIAÇÃO**
CONTAS			
ATIVO CIRCULANTE	32.355.342	36.167.975	3.812.632
PASSIVO CIRCULANTE	(5.201.512)	(5.025.429)	176.084
PATRIMÔNIO CIRCULANTE LÍQUIDO	27.153.830	31.142.546	**3.988.716**

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO (EM REAIS)

CONTAS ESPECIFICAÇÕES	PATRIMÔNIO SOCIAL	MUTAÇÕES/ SUPERAVIT	PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Saldo em 31 de dezembro de 2018	**39.926.408**	**4.746.368**	**44.672.776**
Transferido p/Patrimônio			-
Ajustes Exercícios Anteriores		(35.255)	(35.255)
Doações Patrimoniais			
Resultado do Exercício em 2019		3.873.560	3.873.560
Saldo em 31 de dezembro de 2019	**44.672.776**	**3.838.305**	**48.511.081**
Transferido p/Patrimônio			-
Ajustes Exercícios Anteriores			-
Doações Patrimoniais			
Resultado do Exercício em 2020		594.256	594.256
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**48.511.081**	**594.256**	**49.105.336**
Transferido p/Patrimônio			-
Ajustes Exercícios Anteriores			-
Doações Patrimoniais			
Resultado do Exercício em 2021		414.550	414.550
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**49.105.336**	**414.550**	**49.519.886**

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO (EM REAIS) MÉTODO INDIRETO

Demonstração dos Fluxos de Caixa para o Exercício Findo em 31 de Dezembro de	2021	2020	2019
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIV. OPERACIONAIS			
Superávit (Déficit) Líquido	414.550	594.256	3.873.560
Ajustes p/Reconciliar o Superávit(Déficit) Líquido c/Caixa Líquido Aplicado/Obtido nas/das Atividades Operacionais:			
Depreciação e amortização	975.366	686.598	678.146
Aumento (diminuição) das contas do ativo e passivo circulantes:			
Contribuições a receber	1.098.325	(757.534)	884.291
Estoques			
Outros créditos curto e longo prazo	-	-	-
Fornecedores	416.640	13.319	(432.784)
Salários e encargos sociais	(108.318)	50.927	(2.361)
Outras débitos/contas a pagar - Curto e l.prazo	619.907	(636.537)	259.062
Caixa líquido obtido/(aplicado) das/nas atividades operacionais	**3.416.469**	**(48.971)**	**5.259.913**
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIV. DE INVESTIMENTOS			
Aquisição de investimentos permanentes			
Aquisição de bens do ativo imobilizado	(909.759)	(898.300)	(518.521)
Caixa líquido obtido/(aplicado) nas/das atividades investimentos	**(909.759)**	**(898.300)**	**(518.521)**
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIV. FINANCIAMENTO			
Variação em Empréstimos			
Variação no Patr.Social (exceto Reserva de Superávit)	-	-	(35.255)
Caixa líquido obtido/(aplicado) nas/das atividades financiamentos	-	-	**(35.255)**
AUMENTO (DIMINUIÇÃO) LÍQUIDO NO CAIXA E CAIXA EQUIVALENTES	**2.506.709**	**(947.272)**	**4.706.136**
CAIXA E CAIXA EQUIV. EM 01 DE JANEIRO	**30.024.012**	**30.971.284**	**26.265.148**
CAIXA E CAIXA EQUIV. EM 31 DE DEZEMBRO	**32.530.721**	**30.024.012**	**30.971.284**

NOTAS EXPLICATIVAS AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021, 2020 e 2019

NOTA 01 - CONTEXTO OPERACIONAL: A **ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE DAS FILHAS DE SANT'ANA - ASSOBENFISA** é uma associação civil, sem fins lucrativos, na area educacional, que tem por finalidade a educação infantil, o ensino fundamental e o ensino médio, que se rege pelo seu Estatuto Social e pela Legislação vigente. A Associação não distribui resultados, dividendos, bonificações ou parcelas de seu patrimônio sob nenhum pretexto, bem como não remunera nem concede vantagens por qualquer forma a seus diretores, associados, conselheiros, instituidores, beneméritos, benfeitores e equivalentes. Os resultados operacionais são aplicados integralmente na manutenção e desenvolvimento de seus objetivos institucionais.

NOTA 02 – DA PUBLICAÇÃO: A publicação das Demonstrações Contábeis e Financeiras está sendo divulgada na forma comparativa, em atendimento a Lei 12.101/2009 e a Lei 6404/76, evidenciando os atos e fatos administrativos e contábeis ocorridos nos exercícios encerrados em 31/12/2021, 2020 e 2019, tendo presente as exigências das NBC´s e ITG 2002/2012, quanto a conceitos das entidades sem fins lucrativos e sua adequação contábil.

NOTA 03 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS: As demonstrações contábeis foram elaboradas em observância às praticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a Legislação Societária, as alterações da legislação introduzidas pelas Leis 11.638/2007 e 11941/2009, os pronunciamentos, as orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as Normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e, especialmente, a Resolução 1409/2012, que aprovou o ITG 2002/2012, que estabelecem critérios e procedimentos de avaliação, registro dos componentes e variações patrimoniais e de estruturação das demonstrações contábeis, e as informações mínimas a serem divulgadas em nota explicativa das entidades sem fins lucrativos. Tendo como parâmetro a convergência com as Normas Internacionais e a Resolução 1.374/11, a entidade se baseou em pressupostos básicos para a estrutura conceitual para elaboração e apresentação das demonstrações contábeis: Regime de Competência; - Continuidade; - Compreensinbilidade; - Relevância; - Confiabilidade; - Comparabilidade.

NOTA 04 - PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS: a) ***Aplicações de Liquidez Imediata:*** As aplicações financeiras estão demonstradas pelos valores originais aplicados, acrescidos dos rendimentos pró-rata até a data do balanço; b) ***Apuração do Resultado:*** O resultado foi apurado segundo o Regime de Competência. Os rendimentos e encargos incidentes sobre os Ativos e Passivos e suas realizações estão reconhecidos no resultado. c) ***Imobilizado:*** Está demonstrado pelo custo de aquisição, acrescido de correção monetária até 31/12/1995. Os bens adquiridos foram depreciados ou amortizados por taxas lineares estabelecidas em função da vida útil, fixadas por espécie de bens. d) ***Férias e Encargos:*** Foram calculadas com base nos direitos adquiridos pelos empregados até a data do balanço, para cada exercício. e) ***Depreciação:*** Estão sendo calculadas a partir de 2009, de acordo com a Legislação vigente e as Normas Contábeis. f) ***As Despesas e as Receitas:*** São apuradas através de Notas Fiscais, Recibos e outros documentos em conformidade com as exigências legais e fiscais.

NOTA 05 – DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA: Foi elaborada conforme a Resolução do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) nº 1.296/10 que aprovou a NBC TG 03 e também de acordo com a Resolução 1.152/09 que aprovou a NBC TG 13. O método na elaboração do Fluxo de Caixa que a entidade optou foi o indireto.

NOTA 06 - PATRIMÔNIO SOCIAL: O patrimônio social é apresentado em valores atualizados e compreende o Patrimônio Social inicial, acrescido dos valores dos Superavits e diminuído dos déficits ocorridos, para atender dispositivos legais vigentes e o Princípio Contábil de Continuidade da Entidade.

NOTA 07 – DOS RECURSOS: Os recursos da Entidade foram aplicados em suas finalidades institucionais, de conformidade com seu Estatuto Social, demonstrados pelas suas Despesas e Investimentos Patrimoniais.

NOTA 08 – OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS: Acrescidas ao Patrimônio integra doações de pessoas jurídicas.

NOTA 09 - DOS FINS FILANTRÓPICOS: Atendendo ao disposto na Lei 12.101/2009 e alterações e dos Decretos 7237/2010 e 8242/2014, conforme o caso, a Entidade concedeu nos Exercícios de 2021, 2020 e 2019, Gratuidades – Filantropia – em valores superiores ao estabelecido naquela Legislação, conforme comprova abaixo:

Desempenho	**2021**	**2020**	**2019**
Gratuidades Lei 12.101/2009	8.976.103,86	9.516.761,93	8.884.941,47
Gratuidades Funcionais	1.777.192,83	1.588.269,39	1.540.528,74
Total das Gratuidade	**10.753.296,69**	**11.105.031,32**	**10.425.470,21**

NOTA 10 – COMPROMISSO COM GRATUIDADE
Demonstração das Quantidades de Bolsas de Estudos Concedidas na Educação Básica em 2021
QUANTIDADE DE BOLSAS DE ESTUDOS A OFERECER NA EDUCAÇÃO BÁSICA
(Conforme Art. 13 da Lei 12.101/09 após as alterações promovidas pela Lei 12.868/13)
PORTARIA NORMATIVA Nº 15/2017 ANEXO VIII-A

Total de alunos matriculados (a)		**3.795**
Alunos bolsa integral (Lei 12.101/2009)	Io	562
Alunos bolsa integral e com deficiência (Lei 12.101/2009)	Id	0
Alunos bolsa integral e em tempo integral (Lei 12.101/2009)	It	0
Alunos bolsa integral (Lei 11.096/2005 - PROUNI)	Ipro	0
Alunos bolsa integral (Pós-graduação strictu sensu) (Lei 12.101/2009)	Ipg	0
Número total de alunos com bolsa integral (Lei 12.101/2009)	**I**	**562**
Outras bolsas integrais (b)		142
Alunos matriculados em cursos que não sejam de graduação ou sequencial de formação específica regulares (c)		0
Alunos inadimplentes (d)		0
Alunos Pagantes: (a) - (b) - (c) - (d)	**N**	**3.091**
Alunos bolsa parcial de 50% (Lei 12.101/2009)	Po	321
Alunos bolsa parcial de 50% (Lei 11.096/2005 - PROUNI)	Ppro	0
Alunos bolsa parcial de 50% (Pós-grad.strictu sensu) (Lei 12.101/2009)	Ppg	0
Número total de alunos com bolsa parcial de 50% (Lei 12.101/2009)	**P**	**321**
Numero total de bolsas integrais equivalentes	**B**	**723**
Outras bolsas parciais		0
Cálculo dos benefícios complementares		
Montante dos custos realizados pela entidade com os benefícios complementares	Vbc	R$ 0,00
Receita Bruta anual de Mensalidades	M	R$ 0,00
Total de alunos matriculados excluindo-se os inadimplentes	A	0,00
Valor de referência utilizado p/ conversão dos benefícios complementares	Vr	R$ 0,00
Bolsas integrais convertidas em benefícios complementares		0
Limite de benefícios complementares (até 25% do máximo de bolsas integrais)		241
Número de benefícios complementares utilizado no cálculo	**Bc**	**0**
Verificação do atendimento das proporções de bolsas de estudo		**Art. 13**
Quantidade mínima de bolsas 1/5 (Educação Superior sem Prouni 1/4)		
Atendido		
Quantidade mínima de bolsas 1/9		
Atendido		
Quantidade mínima de bolsas 1/9		Atendido

(*) Excluídos os inadimplentes e os bolsistas integrais que não se enquadram nos critérios da Lei 12.101/2009

NOTA 11 – COBERTURA DE SEGUROS: Para atender medidas preventivas adotadas permanentemente, a Instituição efetua contratação de seguros em valor considerado suficiente para cobertura de eventuais sinistros.

NOTA 12 - ISENÇÕES PREVIDENCIÁRIAS USUFRUÍDAS: Em atendimento a Lei 12.101/2009, são demonstrados à seguir, os valores relativos às isenções previdenciárias, como se devido fosse, gozadas durante o exercício de 2021, 2020 e 2019:

	2021	**2020**	**2019**
Total	4.230.958,72	5.229.615,39	5.447.657,45

NOTA 13 – ADIANTAMENTOS DE CLIENTES: Refere-se à antecipação de mensalidades escolares referentes ao próximo exercício. Estão demonstradas pelo valor original.

NOTA 14 - DAS OBRIGAÇÕES SOCIAIS: As obrigações sociais foram cumpridas nas datas aprazadas.

NOTA 15 – COMPENSADO (EXTRA PATRIMONIAL): Este grupo registra o controle das Gratuidades Concedidas, do Custo da Isenção da Previdência Social usufruída e para outros controles de interesse da instituição de modo que os valores alocados nesse grupo não compõem os Ativos e Passivos da Entidade.

NOTA 16 – AJUSTE A VALOR PRESENTE: Em cumprimento à Resolução 1.151/09 e à Lei 11.638/07, a entidade não efetuou o ajuste do valor presente de Ativos e Passivos Circulantes (saldos de curto prazo), pois sua administração entende que tais fatos não apresentam efeitos relevantes.

NOTA 17 – CONTINGÊNCIA TRIBUTÁRIA: Em vista das alterações constantes da Lei 9.732/98, em vigor desde abril de 1999, foram introduzidas mudanças que visam limitar a Isenção (Imunidade) das Contribuições à Seguridade Social – INSS. A Entidade entende que está imune da quota patronal de previdência social, e ainda, protegida pela liminar concedida na Ação Direta de Inconstitucionalidade n.º 2028-5 de 14/07/1999. A Entidade vem calculando suas contribuições usufruídas com base na Lei 8212/91 em sua redação primitiva. Na análise da Administração e seus consultores jurídicos, o entendimento é que a exigência é inconstitucional e indevida. Portanto, embora os valores sejam calculáveis, decidiu-se pela não constituição de provisão para esse fim.

Recife-PE, 09 de Abril de 2022.

MARIA DITA S. DA SILVA	**ROMILDO GLEYSON M. SANTOS**
CPF 453.678.173-00	CPF 643.220.683-91
Presidente	Contador CRC-CE 20771/O-2

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ilmos. Srs. Diretores e Associados da **ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE DAS FILHAS DE SANT´ANA - ASSOBENFISA.** Fortaleza – CE.

Opinião com ressalva: Examinamos as demonstrações contábeis de **ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE DAS FILHAS DE SANT´ANA - ASSOBENFISA**, que compreendem o balanço patrimonial levantado em 31 de dezembro de 2021, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido, e dos fluxos de caixa correspondentes ao período findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. Em nossa opinião exceto quanto aos possíveis efeitos do assunto descrito no parágrafo "Base para opinião com ressalva" as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira de ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE DAS FILHAS DE SANT´ANA - ASSOBENFISA, em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião com ressalva: Não foi possível obter segurança razoável quanto a existência dos itens do Ativo Imobilizado adquiridos anteriormente ao exercício de 2015. Devido a existência de bens no balanço possivelmente já totalmente depreciados ou obsoletos. Sendo necessário uma análise mais profunda para levantamento físico e econômico dos ativos.

Ênfase - Elaboração das demonstrações contábeis: Conforme mencionado na nota explicativa " 3 ", As demonstrações contábeis foram elaboradas em observância às práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a Legislação Societária, as alterações da legislação introduzidas pelas Leis 11.638/2007 e 11941/2009, os pronunciamentos, as orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as Normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e, especialmente, a Resolução 1409/2012, que aprovou o ITG 2002/2012, que estabelecem critérios e procedimentos de avaliação, registro dos componentes e variações patrimoniais e de estruturação das demonstrações contábeis, e as informações mínimas a serem divulgadas em nota explicativa das entidades sem fins lucrativos. Tendo como parâmetro a convergência com as Normas Internacionais e a Resolução 1.374/11, a entidade se baseou em pressupostos básicos para a estrutura conceitual para elaboração e apresentação das demonstrações contábeis: Regime de Competência; - Continuidade; - Compreensibilidade; - Relevância; - Confiabilidade; - Comparabilidade.

Principais Assuntos de Auditoria: Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais. Além do assunto descrito na seção "Base para opinião com ressalva", determinamos que os assuntos descritos abaixo são os principais assuntos de auditoria a serem comunicados em nosso relatório. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

1. Aplicação em gratuidades: A entidade é uma associação civil, sem fins lucrativos, na área educacional, que tem por finalidade a educação infantil, o ensino fundamental e o ensino médio, possui certificação de acordo com a na Lei 12.101/2009 e alterações e dos Decretos 7237/2010 e 8242/2014 para usufruir da isenção da Cota Patrona de INSS sobre a folha de pagamento. Com isso deve conceder bolsas educacionais integrais e ou parciais a alunos de famílias de baixa renda que atendam aos requisitos da legislação. Conforme demonstrado na nota explicativa 10. a entidade atendeu as exigências da Lei 12.101/09 e alterações e do Decreto 8.242/14 em relação à quantidade de bolsas de estudo concedidas necessárias para a manutenção da certificação de entidade beneficente de assistência social.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria? Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (a) o cálculo se o número de bolsas concedidas eram suficientes comparadas ao número de alunos matriculados; (b) se os bolsistas atendiam aos requisitos da legislação; (c) amostragem nos cadastros e fichas socioeconômicas das famílias dos bolsistas selecionados na amostragem. Consideramos que os critérios e premissas adotados pela Entidade para seleção dos alunos bolsistas, são aceitáveis no contexto da legislação e que foram atendidos os requisitos para manutenção da certificação.

2. Perdas Estimadas para Créditos de Liquidação Duvidosa: A entidade registra a perda estimada para créditos de liquidação duvidosa com base na média de inadimplência dos últimos 5 anos e aplica esse sobre o faturamento bruto. A baixa desses valores como não recuperáveis são feitas com base nos valores vencidos há mais de 5 anos da data de encerramento das demonstrações. O montante considerado incobrável vem se elevando a cada exercício. Indicando necessidade de uma política de cobrança mais eficaz pela instituição.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria? Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (a) verificação dos débitos vencidos há mais de 5 anos no encerramento do exercício corrente e se estavam devidamente registrados no exercício anterior; (b) conferência do cálculo da média de inadimplência dos últimos 5 anos. Consideramos que os critérios e as premissas adotados pela Entidade para estimar a provisão para créditos de liquidação duvidosa são aceitáveis no contexto das demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outros assuntos - Auditoria relativa ao exercício anterior: As demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2020, apresentadas para fins de comparabilidade com as demonstrações contábeis do período findo em 31 de dezembro de 2021, foram por nós auditadas, com parecer datado de 28 de abril de 2021 com ressalvas e com parágrafos de ênfase.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações contábeis: A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fortaleza, CE – 02 de abril de 2022

AUDITORE - AUDITORES INDEPENDENTES DO TERCEIRO SETOR LTDA
CRC-CE-002603/O
Antonio Quirino Gomes
Contador - CRC/CE: 023568/O-0 - CNAI: 5269

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE DAS FILHAS DE SANT'ANA - ASSOBENFISA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Estatuto, tendo procedido a avaliação do material contábil do ano de 2021 (meses de janeiro a dezembro), efetuando a análise da prestação de Contas da Diretoria, inerentes às atividades de natureza econômica, elaborou o presente Relatório, com a emissão do PARECER, a ser submetido à Assembléia Geral.

RELATÓRIO

1 - DA DOCUMENTAÇÃO CONTÁBIL

A documentação contábil foi apresentada em tempo hábil, composta dos documentos de despesas, bem como dos respectivos balancetes, diários e extratos bancários. Da análise dos documentos de despesas não encontramos nenhuma irregularidade posto que os documentos estão de conformidade com os documentos contábeis, não havendo nenhuma ressalva a ser feita, tendo sido as Demonstrações as Contábeis e Financeiras, devidamente auditadas por Auditor Independente.

2 – DA MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA MENSAL – 2021

Os balancetes, analisados e conferidos, foram apresentados de forma cumulativa, tendo este Conselho Fiscal feito a apuração dos lançamentos, mês a mês, estando todos em perfeita ordem.

3 - PARECER

O Balanço Geral referente ao exercício de 2021 deve ser aprovado pela Assembléia Geral por representar de forma correta a efetiva situação da ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE DAS FILHAS DE SANT'ANA - ASSOBENFISA, no respectivo período.

Recife-PE, 09 de Abril de 2022

Antonia Leide Ferreira Macedo	**Maria Valdete da Silva**	**Rosilene da Silva Trindade**
CPF 224.659.283-68	CPF 821.305.583-72	CPF 630.240.632-34
SSP-PA 8247406	RG-SSP/CE 97002096636	RG-SSP/PA 7971218

D4Sign 0b0ec64e-ff0f-4399-bf30-38956d8a22ae - Para confirmar as assinaturas acesse https://secure.d4sign.com.br/verificar
Documento assinado eletronicamente, conforme MP 2.200-2/01, Art. 10º, §2.

1 IMÓVEIS
Apartamentos
Vendem-se

GRACAS

LP364 IMPERDIVEL OPORTUNIDADE UNICA APTO COM 105M, 3QTS, COM 1 SUITE, WC SOC, VAR, COZ, DCE, SLP/02AMB, TODO C/ ARMARIOS, 2 VAGAS, ELEVADOR, SALÃO DE FESTA, QUADRA, PLAY, R$ 650 MIL, AC.FINAC, LIGAR FONES: 991919003/986967550/30375200 CRECI 9355J

CANDEIAS

02 QUARTOS, SENDO 1 SUITE, 01 WC SOCIAL, 11 ANDAR. 3 FAIXAS R$ 470 MIL. TODO MOB. (81)99704-5593

02 QUARTOS, SENDO 1 SUITE, 01 WC SOCIAL, 11 ANDAR. 3 FAIXAS R$ 470 MIL. TODO MOB. (81)99704-5593

MADALENA

LP3142 OPORTUNIDADE UNICA APTO COM 84M, 3 QTS, 1SUITE, 1QUARTO REVERSIVEL, SLP/02AMB, COZ, WC SOC, VAR, WC SOC, WC SERV, 1VG, TODO COM ARMARIOS, ELEV, R$ 350MIL, MARQUE SUA VISITA, AC. FINAC, FONES: 991919003/ 986967550/30375200 CRECI 9355J

LP 3144 OPORTUNIDADE APTO COM 70M, 3QTS, SUITE, SLP/02AMB, COZ, WC SERV, ARMARIOS, 1VG, ELEV, LAZER COMPLETO, R$ 380 MIL, AC FINAC, MARQUE SUA VISITA RAPIDO COM UM DOS NOSSOS CORRETORES, LIGAR TELEFONES: 991861864/999184740/986967550/30375200 CRECI 9355J

RIO DOCE

LP 321 OPORTUNIDADE EXCLUSIVIDADE, WC SOC E DE SERV, COZ, AREA DE SERV, TODO COM ARMARIOS, NASC, 1 ANDAR DE ESCADA, 1 VG, AC FINAC, R$ 160 MIL, MARQUE SUA VISITA, FONES: 991919003/ 986967550/30375200 CRECI 9355J

ROSARINHO

LP 235 APTO COM 75M, 2 QTS, SUITE, SALA P/ 02 AMB, COZ, WC SOC, AREA DE SERV, VAR, DCE, TODO C/ ARMARIOS, 1VG, ELEV SL DE FESTA, PISC, PLAY, R$ 400MIL, AC FINAC, FONE 991919003/986967550/30375200 CRECI 9355J

LP214 OPORTUNIDADE UNICA APTO TODO COM ARMARIOS, COM 87M, 2 QTS, SUITE COM CLOSET, WC SOC E WC DE SERV, SLP/02 AMB, COZ, DECORADO E REFORMADO, 1 VG, ELEV, IMPERDIVEL, MARQUE SUA VISITA, R$ 285MIL, AC FINAC, LIGAR FONE 986967550/30375200/991919003 CRECI 9355J

LP3141 APTO COM 97M, 3 QTS, 1SUITE, VAR, WC SOCIAL, DCE, SLP/02 AMB, COZ, COM ARMARIOS, PISCINA, SALO DE FESTA, PLAY, 2VGS R$ 530MIL, AC.FINAC OU ALUGUEL R$ 3.000,00 COM TAXAS. FONE 991919003/ 986967550/30375200 CRECI 9355J

LP329 EDF. PEDRA SITIO DA ROSEIRA APTO COM 82M 3QTS, SUITECOM ARMARIOS, SALA P/02 AMB, COZ, COM ARMARIOS, WC SOC COM BOX, DCE, VAR, TOTALMENTE NASCENETE, ELEV, SL FESTA, PISC COM RAIA, PLAY, QUADRA, 2VGS, AC FINAC. R$ 490 MIL, LIGAR TELEFONES: 30375200/ 986967550/991919003 CRECI 9355J

TAMARINEIRA

LP 3188 IMPERDIVEL APARTAMENTO COM 100 M, 3QTS, 1STE, VAR, WC SOC, DCE, SL P/02 AMB, ARMARIOS, ELEVADOR, SALÃO DE FESTA, PLAY 1 VAGA, R$ 450 MIL, AC. FINAC, LIGAR TELEFONES: 991919003/ 986967550/30375200 CRECI 9355J

LP328 EXCELENTE OPORTUNIDADE APARTAM COM 125M, SUITE, WC SOC, COZ, VAR, SL P/ 02AMB, ARMARIOS, 2 VGS, ELEV, SL FESTA, PLAY, R$ 680 MIL, AC FINANC. LIGAR F-991919003/ 986967550/30375200 CRECI 9355J

TORRE

LP 244 OPORTUNIDADE LINDO APARTAMENTO DECORADO COM 52M, 2QTS, 1STE, ARMARIOS, SL P/ 02 AMB, COZ, WC SOC, VAR, NASC, ELEV, 1VG, LAZER COMPLETO R$ 300 MIL, AC. FINAC, FONES: 991919003/ 986967550/30375200 CRECI 9355J

1 IMÓVEIS
Casas
Vendem-se

PIEDADE

03 QUARTOS, SENDO 01 SUITE 100 AV. COM. R$550 MIL (81) 99704-5593.

1 IMÓVEIS
Terrenos
Vendem-se

BARRA DE JANGADA

(CURCURANA) 25X20, 500 M2, MURADO, ATERRADO NEG. URG. R$ 200 MIL (81) 99704-5593

CABO

40.000M2 NA BR- PROX. A ANTIGA COPERGO- R$ 3.5 MILHOES (PRECISA DE ATERRO) (81)99704-5593.

CANDEIAS

12X30, RUA ABDO CABUS. MURADO E ATERRADO. R$ 280 MIL (81)99704-5593

15 X 30, FINAL DA RUA FRANCISCO PESSOA DE MELO, 2 QUADRAS LAGOA NAUTICA. R$ 35 MIL (81) 99704-5593.

2014M2 ESQUINA BOAS RES. 350M DA AV. COM. R$ 1.500,000 (UM MILHAO E QUINHENTOS MIL). (81) 99704-5593.

54X30. 1,5 KM DA AV. COMERCIAL. RUA RIO BONITO. R$ 400 MIL. (81)99704-5593.

ASSOCIAÇÃO INSTRUTORA MISSIONÁRIA - AIM - CNPJ Nº 10.579.324/0001-80. **RELATÓRIO DA DIRETORIA:** SRAs. ASSOCIADAS, Submetemos a apreciação de V.Sas. o Balanço Geral e as Demonstrações Financeiras dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019 com os pareceres do Conselho Fiscal e do Auditor Independente, demonstrando os fatos relevantes do período. A Diretoria permanece à sua disposição para quaisquer informações que julgarem necessárias. Olinda-PE, 12 de Abril de 2022. **A DIRETORIA.**

BALANÇO PATRIMONIAL - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021, 2020 e 2019 - EM REAIS

ATIVO	2021	2020	2019
CIRCULANTE	**27.169.434**	**15.473.791**	**13.127.108**
DISPONÍVEL	**421.277**	**269.048**	**164.738**
Caixa e Bancos C/Disposição	421.277	269.048	164.738
DIREITOS REALIZÁVEIS C. PRAZO	**26.748.156**	**15.204.744**	**12.962.370**
Aplicações Financeiras	23.604.812	11.703.165	9.743.596
Adiantamentos a Diversos Devedores	1.163.710	712.896	731.710
Créditos a Compensar junto ao INSS	-	-	-
Cheques a Receber	-	-	-
Mensalidades a Receber/FIES	6.461.897	6.810.523	6.245.226
(-) Provisão P/ Creditos de Liq. Duvidosa	(4.526.853)	(4.056.362)	(3.791.058)
IRRF a Recuperar	-	-	-
Contas a Receber de Terceiros	-	-	-
Depósitos Judiciais	2.636	2.636	2.636
Despesas Antecipadas com Seguro	41.953	31.885	30.261
Estoques	-	-	-
Convênios a Receber Fed/Est/Mun	-	-	-
Pronatec	-	-	-
NÃO CIRCULANTE	**13.972.467**	**14.129.422**	**14.331.862**
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	**-**	**-**	**-**
Clientes - Alunos - Men.Ex. Passados	-	-	-
IMOBILIZADO	**13.735.671**	**13.852.676**	**13.997.890**
BENS EM OPERAÇÃO	**29.467.236**	**29.012.046**	**28.539.889**
Terrenos, Edificações e Parques Aquaticos/Esportes	15.947.747	15.810.184	15.655.665
Rede Elétrica e Telefónica	148.337	148.337	148.337
Maquinas, Ferramentas e Instalações	482.489	474.376	473.676
Equips. Laborats., Médicos e Odontologicos	607.641	607.641	607.641
Móveis e Utensílios	2.451.205	2.422.270	2.399.672
Equips. Eletrônicos,Eletrod., Inform.e Musicais	7.553.452	7.272.873	7.053.936
Veículos	1.575.460	1.575.460	1.500.175
Bibl., Discos e Fitas e Objetos de Arte	700.904	700.904	700.785
Obras em Andamento	-	-	-
(-) Depreciações	**(15.731.565)**	**(15.159.370)**	**(14.541.998)**
INTANGÍVEL	**236.796**	**276.746**	**333.972**
Direito de Uso de Software	861.836	844.038	811.788
(-) Amortização	**(625.039)**	**(567.293)**	**(477.816)**
TOTAL DO ATIVO	**41.141.901**	**29.603.213**	**27.458.970**
EXTRA PATRIMONIAL - COMPENSADO	**18.597.696**	**18.933.022**	**18.592.202**
Gratuidades	11.900.748	11.905.451	11.203.582
Isenção Cota Patronal - INSS	5.556.831	5.549.266	5.888.861
Isenção Tributaria - COFINS	1.140.117	1.478.305	1.499.759
PASSIVO	**2021**	**2020**	**2019**
CIRCULANTE	**5.447.389**	**4.845.715**	**5.388.588**
EXIGIBILIDADE	**4.767.878**	**4.433.908**	**4.637.900**
Fornecedores de Bens e Serviços	282.424	171.427	208.207
Empréstimos	-	-	435.767
Salários a Pagar	641.298	859.586	612.238
Outras Contas a Pagar	53.711	30.291	103.618
Obrigações Sociais a Recolher	361.918	344.125	388.956
Obrigações Tributárias a Recolher	113.062	106.842	118.965
Retenções INSS/OS-203	821	860	3.205
Seguros a Pagar	33.296	30.236	27.890
Credores Diversos	12.302	18.249	15.118
Provisões de Férias e encargos	3.125.912	2.776.456	2.641.808
Doações a Realizar - Rec. Fed. Brasil	-	-	-
Recursos de Convênio a Realizar Fed/Est/Mun	-	-	-
Alugueis a Realizar	143.135	95.835	82.129
ADIANTAMENTOS DE CLIENTES	**679.512**	**411.807**	**750.688**
Mensalidades do Exercício Seguinte	679.512	411.807	750.688
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**35.694.511**	**24.757.498**	**22.070.382**
Patrimônio Social	24.757.498	22.070.382	21.652.569
Déficit/Superávit do Exercício	10.937.013	637.116	417.813
Sep. Acum./Reservas Patrimoniais	-	-	-
Ajustes de Exercícios Anteriores		-	-
Doações Patrimoniais		2.050.000	-
TOTAL DO PASSIVO	**41.141.901**	**29.603.213**	**27.458.970**
EXTRA PATRIMONIAL - COMPENSADO	**18.597.696**	**18.933.022**	**18.592.202**
Gratuidades	11.900.748	11.905.451	11.203.582
Isenção Cota Patronal - INSS	5.556.831	5.549.266	5.888.861
Isenção Tributaria - COFINS	1.140.117	1.478.305	1.499.759

DEMONSTRAÇÃO DO SUPERÁVIT E DÉFICIT DO EXERCÍCIO - EM REAIS

Exercício de	2021	2020	2019
RECEITAS OPERACIONAIS:			
A) AREA EDUCACIONAL: EDUC.BASICA	**36.055.853**	**24.203.628**	**26.344.777**
Anuidades de Educação Básica	34.788.937	35.546.691	34.049.703
Receitas Atividades Escolares - Ed. Básica	192.062	196.782	651.480
Multas S/Mensalidades em Atraso Ed. Básica	46.052	50.693	82.517
Doações de Benfeitores	11.947.525	662.267	1.393.167
Outras Receitas Operacionais	1.385.741	1.277.388	1.182.725
(-) Bolsas de Estudos Concedidas Ed. Básica Lei 12.101/09	(6.191.219)	(6.475.083)	(5.860.285)
(-) Outras Bolsas Integ.e Parc.Ed. Básica-CCT	(1.795.628)	(1.829.076)	(1.662.338)
(-) Descontos Concedidos de Ed. Básica	(4.293.296)	(5.100.544)	(3.482.198)
(-) Devoluções de Mensalidades de Ed. Básica	(24.322)	(125.490)	(9.993)
B) AREA EDUCACIONAL: EDUC.SUPERIOR	**5.884.982**	**7.478.340**	**8.588.820**
Anuidades de Educação Superior	12.744.074	14.195.363	15.618.652
Receitas Atividades Escolares - Ed. Superior	57.302	28.931	91.658
Multas S/Mensalidades em Atraso Ed. Superior	8.584	18.942	40.821
Doações de Benfeitores	-	260.141	33.094
Outras Receitas Operacionais	47.577	37.883	114.649
(-) Bolsas de Estudos Concedidas Ed. Superior Lei 12.101/09	(3.769.651)	(3.483.358)	(3.574.664)
(-) Outras Bolsas Integ.e Parc.Ed. Superior- CCT	(144.251)	(117.933)	(106.295)
(-) Descontos Concedidos de Ed. Superior	(3.049.000)	(3.451.660)	(3.597.800)
(-) Devoluções de Mensalidades de Ed. Superior	(9.655)	(9.970)	(31.295)
C) AREA SOCIAL	**127.604**	**169.066**	**630.409**
Receitas Operacionais	25.084	68.474	47.099
Receita com Doações	102.520	100.592	505.494
Receita com Convênios	-	-	77.817
D) RECEITA OPERACIONAL (A+B+C)	**42.068.438**	**31.851.033**	**35.564.007**
E) RESULTADO FINANCEIRO - EDUC.BÁSICA	**664.050**	**78.026**	**428.320**
Receitas Financeiras	807.501	293.431	616.660
(-) Despesas Financeiras	(143.451)	(215.405)	(188.339)
F) RESULTADO FINANCEIRO - EDUC.SUPERIOR	**(28.826)**	**(97.812)**	**(243.864)**
Receitas Financeiras	12.009	554	9.233
(-) Despesas Financeiras	(40.835)	(98.366)	(253.098)
G) RESULTADO FINANCEIRO - AREA SOCIAL	**4.222**	**2.077**	**1.385**
Receitas Financeiras	6.813	4.495	17.273
(-) Despesas Financeiras	(2.590)	(2.418)	(15.887)
H) TOTAL DO RESULTADO FINANC.(E+F+G)	**639.446**	**(17.709)**	**185.842**
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA (D + H)	**42.707.885**	**31.833.324**	**35.749.848**
DESPESAS OPERACIONAIS			
DESPESAS OPERACIONAIS - AREA EDUCACIONAL (A+B)	**31.652.837**	**31.104.573**	**34.254.421**
A) EDUCAÇÃO BÁSICA	**24.572.525**	**23.102.159**	**24.449.090**
Despesas Com Pessoal	17.801.080	16.626.093	17.060.953
Encargos Sociais e Trabalhistas	1.562.974	1.486.601	1.528.347
Despesas Com Serviços de Terceiros	1.305.868	1.306.314	1.554.289
Despesas Administrativas	1.754.564	2.523.183	2.633.142
Despesas Tributária	107.933	86.160	81.503
Perdas e Danos	12.145	7.500	92.291
Outras Despesas Operacionais	2.027.962	1.066.308	1.498.565
B) EDUCAÇÃO SUPERIOR	**7.080.312**	**8.002.414**	**9.805.330**
Despesas Com Pessoal	5.062.290	5.893.505	6.661.426
Encargos Sociais e Trabalhistas	457.392	528.010	612.404
Despesas Com Serviços de Terceiros	467.230	545.140	852.074
Despesas Administrativas	484.560	474.464	916.338
Despesas Tributária	115.452	149.296	136.803
Perdas e Danos	10.191	-	66.268
Outras Despesas Operacionais	483.195	411.998	560.018
C) DESPESAS OPERACIONAIS - AREA SOCIAL	**118.035**	**91.635**	**1.077.615**
Despesas Com Pessoal	88.573	63.056	743.484
Encargos Sociais e Trabalhistas	8.460	5.378	42.739
Despesas Com Serviços de Terceiros	910	400	38.332
Despesas Administrativas	4.557	9.237	83.662
Despesas Tributária	3.296	413	4.039
Perdas e Danos	-	-	89.328
Outras Despesas Operacionais	12.239	13.150	76.031
TOTAL DAS DESPESAS OPERACIONAIS (A + B + C)	**31.770.872**	**31.196.208**	**35.332.035**
Déficit/Superávit do Exercício	**10.937.013**	**637.116**	**417.813**

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO (EM REAIS)

CONTAS ESPECIFICAÇÕES	PATRIMÔNIO SOCIAL	MUTAÇÕES/ SUPERAVIT	PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Saldo em 31 de dezembro de 2018	**20.809.044**	**843.525**	**21.652.569**
Transferido p/Patrimônio	843.525		
Resultado do Exercício em 2019		417.813	**417.813**
Ajustes de Exercícios Anteriores			
Doações Patrimoniais			
Saldo em 31 de dezembro de 2019	**21.652.569**	**417.813**	**22.070.382**
Transferido p/Patrimônio	417.813		
Resultado do Exercício em 2020		637.116	**637.116**
Ajustes de Exercícios Anteriores			
Doações Patrimoniais		**2.050.000**	**2.050.000**
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**22.070.382**	**2.687.116**	**24.757.498**
Transferido p/Patrimônio	637.116		
Resultado do Exercício em 2021		10.937.013	**10.937.013**
Ajustes de Exercícios Anteriores			
Doações Patrimoniais	2.050.000	**-**	**-**
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**24.757.498**	**10.937.013**	**35.694.511**

DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO DO PATRIMONIO CIRCULANTE LÍQUIDO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO (EM REAIS)

ANO	2020	2021	VARIAÇÃO
CONTAS			
ATIVO CIRCULANTE	15.473.791	27.169.434	11.695.642
PASSIVO CIRCULANTE	(4.845.715)	(5.447.389)	(601.675)
PATRIMÔNIO CIRCULANTE LÍQUIDO	10.628.077	21.722.044	**11.093.967**
ANO	**2019**	**2020**	**VARIAÇÃO**
CONTAS			
ATIVO CIRCULANTE	13.127.108	15.473.791	2.346.684
PASSIVO CIRCULANTE	(5.388.588)	(4.845.715)	542.873
PATRIMÔNIO CIRCULANTE LÍQUIDO	7.738.520	10.628.077	**2.889.557**
ANO	**2018**	**2019**	**VARIAÇÃO**
CONTAS			
ATIVO CIRCULANTE	13.052.182	13.127.108	74.925
PASSIVO CIRCULANTE	(5.338.479)	(5.388.588)	(50.109)
PATRIMÔNIO CIRCULANTE LÍQUIDO	7.713.704	7.738.520	**24.816**

MÉTODO INDIRETO

Demonstração dos Fluxos de Caixa	**2021**	**2020**	**2019**
Exercício Findo em 31 de Dezembro - EM REAIS			
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIV.OPERACIONAIS			
Superávit (Déficit) Líquido	10.937.013	637.116	417.813
Ajustes p/Reconciliar o Superávit(Déficit) Líquido c/Caixa Líquido			
Aplicado/Obtido nas/das Atividades Operacionais:			
Depreciação e amortização	629.941	706.849	625.778
Aumento (dimin.) cts ativo e pass.circulantes:			
Mensalidades a Receber/FIES	348.626	(565.297)	17.940
Aplicações Financeiras	(11.901.647)	(1.959.569)	(629.215)
Outros créditos Curto e Longo Prazo	9.609	282.493	437.349
Salários e Encargos Sociais	(200.496)	202.517	(647.794)
Obrigações Tributárias	6.219	(12.123)	11.066
Outras Contas a pagar - Curto Prazo	528.247	41.380	574.971
Receitas Antecipadas	267.705	(338.881)	33.459
Caixa líquido obtido/(aplicado) das/nas atividades operacionais	**625.216**	**(1.005.514)**	**841.366**
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIV.INVESTIMENTOS			
Aquisição de bens do ativo imobilizado	(472.986)	(504.409)	(1.018.775)
Caixa líquido obtido/(aplicado) nas/das atividades investimentos	**(472.986)**	**(504.409)**	**(1.018.775)**
FLUXOS DE CAIXA ATIV.FINANCIAMENTO			
Variação em Empréstimos		(435.767)	78.407
Variação no Patr.Social (exceto Res.Superávit)	2.050.000	-	
Caixa líquido obtido/(aplicado) nas/das atividades financiamentos	**-**	**1.614.233**	**78.407**
AUMENTO (DIMINUIÇÃO) LÍQUIDO NO CAIXA E CAIXA EQUIVALENTES	**152.229**	**104.310**	**(99.002)**
CAIXA E CAIXA EQUIV. EM 01 DE JANEIRO	**269.048**	**164.738**	**263.739**
CAIXA E CAIXA EQUIV. EM 31 DE DEZEMBRO	**421.277**	**269.048**	**164.738**

NOTAS EXPLICATIVAS AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021, 2020 e 2019. NOTA 01 - CONTEXTO OPERACIONAL: A ASSOCIAÇÃO INSTRUTORA MISSIONÁRIA - AIM é uma associação civil, sem fins lucrativos, de educacional e de assistência social beneficente e ambulatorial que tem por finalidade a educação infantil, o ensino básico, de nível médio e Superior, bem como a prestação de serviços de assistência, promoção social e ambulatorial que se rege pelo seu Estatuto Social e pela Legislação vigente. **NOTA 02 – DA PUBLICAÇÃO:** A publicação das Demonstrações Contábeis e Financeiras está sendo divulgada na forma comparativa, em atendimento a Lei 12.101/2009 e a Lei 6404/76, evidenciando os atos e fatos administrativos e contábeis ocorridos nos exercícios encerrados em 31/12/2021, 2020 e 2019, tendo presente as exigências das NBC´s e ITG 2002/2012, quanto a conceitos das entidade sem fins lucrativos e sua adequação contábil. **NOTA 03 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS:** As demonstrações contábeis foram elaboradas em observância às praticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a Legislação Societária, as alterações da legislação introduzidas pelas Leis 11.638/2007 e 11941/2009, os pronunciamentos, as orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as Normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e, especialmente, a Resolução 1409/2012, que aprovou o ITG 2002/2012, que estabelecem critérios e procedimentos de avaliação, registro dos componentes e variações patrimoniais e de estruturação das demonstrações contábeis, e as informações mínimas a serem divulgadas em nota explicativa das entidades sem fins lucrativos. Tendo como parâmetro a convergência com as Normas Internacionais e a Resolução 1.374/11, a entidade se baseou em pressupostos básicos para a estrutura conceitual para elaboração e apresentação das demonstrações contábeis: Regime de Competência; - Continuidade; - Compreensinbilidade; - Relevância; - Confiabilidade; - Comparatividade. **NOTA 04 - PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS -** a) ***Aplicações de Liquidez Imediata:*** As aplicações financeiras estão demonstradas pelos valores originais aplicados, acrescidos dos rendimentos pró-rata até a data do balanço; b) ***Apuração do Resultado:*** O resultado foi apurado segundo o Regime de Competência. Os rendimentos e encargos incidentes sobre os Ativos e Passivos e suas realizações estão reconhecidos no resultado. c) ***Imobilizado:*** Está demonstrado pelo custo de aquisição, acrescido de correção monetária até 31/12/1995. Os bens adquiridos foram depreciados ou amortizados por taxas lineares estabelecidas em função da vida útil, fixadas por espécie de bens. d) ***Férias e Encargos:*** Foram calculadas com base nos direitos adquiridos pelos empregados até a data do balanço, para cada exercício. e) ***Depreciação:*** Estão sendo calculadas a partir de 2007, de acordo com a Legislação vigente e as Normas Contábeis. f) ***As Despesas e as Receitas;*** São apuradas através de Notas Fiscais, Recibos e outros documentos em conformidade com as exigências legais e fiscais. **NOTA 05 – DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA:** Foi elaborada conforme a Resolução do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) nº 1.296/10 que aprovou a NBC TG 03 e também de acordo com a Resolução 1.152/09 que aprovou a NBC TG 13. O método na elaboração do Fluxo de Caixa que a entidade optou foi o indireto. **NOTA 06 - PATRIMÔNIO SOCIAL:** O patrimônio social é apresentado em valores atualizados e compreende o Patrimônio Social inicial, acrescido dos valores dos Superavits e diminuído dos déficits ocorridos, para atender dispositivos legais vigentes e o Princípio Contábil de Continuidade da Entidade. **NOTA 07 – DOS RECURSOS:** Os recursos da Entidade foram aplicados em suas finalidades institucionais, de conformidade com seu Estatuto Social, demonstrados pelas suas Despesas e Investimentos Patrimoniais. **NOTA 08 – OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS:** Acrescidas ao Patrimônio integra doações de pessoas jurídicas. **NOTA 09 - DOS FINS FILANTRÓPICOS:** Atendendo ao disposto na Lei 12.101/2009 e alterações e dos Decretos 7237/2010 e 8242/2014, conforme o caso, a Entidade concedeu nos Exercícios de 2021, 2020 e 2019, Gratuidades – Filantropia – em valores superiores ao estabelecido naquela Legislação, conforme comprova abaixo:

Desempenho	**2021**	**2020**	**2019**
Gratuidades Lei 12.101	9.960.869,36	9.958.441,86	9.434.948,50
Gratuidades Funcionais	1.939.878,31	1.947.009,00	1.768.633,12
Total das Gratuidades	**11.900.747,67**	**11.905.450,86**	**11.203.581,62**

NOTA 10 – COMPROMISSO COM GRATUIDADE: Demonstração das Quantidades de Bolsas de Estudos Concedidas na Educação Básica em 2021 (Conforme Art. 13 da Lei 12.101/09 após as alterações promovidas pela Lei 12.868/13)

PORTARIA NORMATIVA Nº 15/2017 ANEXO VIII-A

Total de alunos matriculados (a)		**2756**
Alunos bolsa integral (Lei 12.101/2009)	Io	383
Alunos bolsa integral e com deficiência (Lei 12.101/2009)	Id	0
Alunos bolsa integral e em tempo integral (Lei 12.101/2009)	It	0
Alunos bolsa integral (Lei 11.096/2005 - PROUNI)	Ipro	0
Alunos bolsa integral (Pós-graduação strictu sensu) (Lei 12.101/2009)	Ipg	0
Número total de alunos com bolsa integral (Lei 12.101/2009)	**I**	**383**
Outras bolsas integrais (b)		141
Alunos matriculados em cursos que não sejam de graduação ou sequencial de formação específica regulares (c)		0
Alunos inadimplentes (d)		0
Alunos Pagantes: (a) - (b) - (c) - (d)	**N**	**2.232**
Alunos bolsa parcial de 50% (Lei 12.101/2009)	Po	215
Alunos bolsa parcial de 50% (Lei 11.096/2005 - PROUNI)	Ppro	0
Alunos bolsa parcial de 50% (Pós-graduação strictu sensu) (Lei 12.101/2009)	Ppg	0
Número total de alunos com bolsa parcial de 50% (Lei 12.101/2009)	**P**	**215**
Numero total de bolsas integrais equivalentes	**B**	**491**
Outras bolsas parciais		0
Cálculo dos benefícios complementares Montante dos custos realizados pela entidade com os benefícios complementaresVbc		R$ 0,00
Receita Bruta anual de Mensalidades	M	R$ 0,00
Total de alunos matriculados excluindo-se os inadimplentes	A	0,00
Valor de referência utilizado para conversão dos benefícios complementares	Vr	R$ 0,00
Bolsas integrais convertidas em benefícios complementares		0
Limite de benefícios complementares (até 25% do máximo de bolsas integrais)		164
Número de benefícios complementares utilizado no cálculo	**Bc**	**0**
Verificação do atendimento das proporções de bolsas de estudo		**Art. 13**
Quantidade mínima de bolsas 1/5 (Educação Superior sem Prouni 1/4)		**Atendido**
Quantidade mínima de bolsas 1/9		**Atendido**

(*) Excluídos os inadimplentes e os bolsistas integrais que não se enquadram nos critérios da Lei 12.101/2009.

Demonstração das Quantidades de Bolsas de Estudos Concedidas na Educação Superior em 2021 (Conforme Art. 13 da Lei 12.101/09 após as alterações promovidas pela Lei 12.868/13) **PORTARIA NORMATIVA Nº 15/2017 ANEXO VIII-B**

Total de alunos matriculados (a)		1190
Alunos bolsa integral (Lei 12.101/2009)	Io	3
Alunos bolsa integral e com deficiência (Lei 12.101/2009)	Id	0
Alunos bolsa integral e em tempo integral (Lei 12.101/2009)	It	0
Alunos bolsa integral (Lei 11.096/2005 - PROUNI)	Ipro	176
Alunos bolsa integral (Pós-graduação strictu sensu) (Lei 12.101/2009)	Ipg	0
Número total de alunos com bolsa integral (Lei 12.101/2009)	I	179
Outras bolsas integrais (b)		12
Alunos matriculados em cursos que não sejam de graduação ou sequencial de formação específica regulares (c)		0
Alunos inadimplentes (d)		0
Alunos Pagantes: (a) - (b) - (c) - (d)	N	999
Alunos bolsa parcial de 50% (Lei 12.101/2009)	Po	0
Alunos bolsa parcial de 50% (Lei 11.096/2005 - PROUNI)	Ppro	349
Alunos bolsa parcial de 50% (Pós-graduação strictu sensu) (Lei 12.101/2009)	Ppg	0
Número total de alunos com bolsa parcial de 50% (Lei 12.101/2009)	P	349
Numero total de bolsas integrais equivalentes	B	354
Outras bolsas parciais		0
Cálculo dos benefícios complementares		
Montante dos custos realizados pela entidade c/os benefícios complementares	Vbc	R$ 0,00
Receita Bruta anual de Mensalidades	M	R$ 0,00
Total de alunos matriculados excluindo-se os inadimplentes	A	0,00
Valor de referência utilizado para conversão dos benefícios complementares	Vr	R$ 0,00
Bolsas integrais convertidas em benefícios complementares		0
Limite de benefícios complementares (até 25% do máximo de bolsas integrais)		118
Número de benefícios complementares utilizado no cálculo	Bc	0
Verificação do atendimento das proporções de bolsas de estudo		Art. 13
Quantidade mínima de bolsas 1/5 (Educação Superior sem Prouni 1/4)		Atendido
Quantidade mínima de bolsas 1/9		Atendido

(*) Excluídos os inadimplentes e os bolsistas integrais que não se enquadram nos critérios da Lei 12.101/2009

NOTA 11 – COBERTURA DE SEGUROS: Para atender medidas preventivas adotadas permanentemente, a Instituição efetua contratação de seguros em valor considerado suficiente para cobertura de eventuais sinistros. **NOTA 12 - ISENÇÕES PREVIDENCIÁRIAS USUFRUÍDAS:** Em atendimento a Lei 12.101/2009, são demonstrados à seguir, os valores relativos às isenções previdenciárias, como se devido fosse, gozadas durante o exercício de 2021, 2020 e 2019:

	2021	**2020**	**2019**
Total	5.556.831,43	5.549.266,09	5.888.861,47

NOTA 13 - ISENÇÕES TRIBUTARIA USUFRUÍDAS - COFINS: Em atendimento a Norma ITG 2002/2012, item 28 letra (c), são demonstrado os valores relativos gozados durante os exercícios de 2021, 2020 e 2019.

	2021	**2020**	**2019**
Total (em R$)	1.140.116,80	1.478.305,41	1.499.758,75

NOTA 14 – ADIANTAMENTOS DE CLIENTES: Refere-se à antecipação de mensalidades escolares referentes ao próximo exercício. Estão demonstradas pelo valor original. **NOTA 15 - DAS OBRIGAÇÕES SOCIAIS:** As obrigações sociais foram cumpridas nas datas aprazadas. **NOTA 16 – COMPENSADO (EXTRA PATRIMONIAL):** Este grupo registra o controle das Gratuidades Concedidas, do Custo da Isenção da Previdência Social usufruída e custo da isenção tributária –COFINS usufruída e para outros controles de interesse da instituição de modo que os valores alocados nesse grupo não compõem os Ativos e Passivos da Entidade. **NOTA 17 – AJUSTE DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL:** As contas do Imobilizado, com exceção da conta Prédios e Terrenos, avaliados para que se possa efetuar o registro do valor efetivo dos bens e a revisão dos critérios de taxas de depreciação. **NOTA 18 – AJUSTE A VALOR PRESENTE:** Em cumprimento à Resolução 1.151/09 e à Lei 11.638/07, a entidade não efetuou o ajuste do valor presente de Ativos e Passivos Circulantes (saldos de curto prazo), pois sua administração entende que tais fatos não apresentam efeitos relevantes. **NOTA 19 – CONTIGÊNCIA TRIBUTÁRIA:** Em vista das alterações constantes da Lei 9.732/98, em vigor desde abril de 1999, foram introduzidas mudanças que visam limitar a Isenção (Imunidade) das Contribuições à Seguridade Social – INSS. A Entidade entende que está imune da quota patronal de previdência social, e ainda, protegida pela liminar concedida na Ação Direta de Inconstitucionalidade n.º 2028-5 de 14/07/1999. A Entidade vem calculando suas contribuições usufruídas com base na Lei 8212/91 em sua redação primitiva. Na análise da Administração e seus consultores jurídicos, o entendimento é que a exigência é inconstitucional e indevida. Portanto, embora os valores sejam calculáveis, decidiu-se pela não constituição de provisão para esse fim. **NOTA 20 – LEI DAS DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO SUPERIOR:** A Entidade educacional de ensino superior evidenciou e adequou suas Receitas com as Despesas de Pessoal conforme NBC ITG 2002, item 28 letra (j). **a) Evidenciação e Adequação da Receita com a Despesa com Pessoal.** QUADRO DEMONSTRATIVO DA LEI DAS DIRETRIZES E BASE EDUCAÇÃO SUPERIOR

1.	**RECEITA OPERACIONAL**	**2021**
1.1	RECEITA EDUCACIONAL	**12.744.074,49**
2.	**DESPESA C/PESSOAL E ISENÇÃO PREVIDENC.USUFRUIDA**	**6.772.238,36**
2.1	(+) DESPESAS COM PESSOAL E ENCARGOS	5.519.682,70
2.2	(+) ISENÇÃO DA QUOTA PATRONAL	1.252.555,66
%	**Percentual da Despesa sobre a Receita.**	**53%**

Olinda-PE, 12 de Abril de 2022

MARIA MADALENA FERREIRA DE MENDONÇA - CPF 466.262.803-25 - Presidente
ROMILDO GLEYSON MAMEDE SANTOS - CPF 643.220.683-91 - Cont. CRC-CE 20771/O-2

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS. Ilmos. Srs. Diretores e Associados da **ASSOCIAÇÃO INSTRUTORA MISSIONÁRIA – A. I. M.** Recife - PE. **Opinião com ressalva:** Examinamos as demonstrações contábeis de **ASSOCIAÇÃO INSTRUTORA MISSIONÁRIA – A. I. M**, que compreendem o balanço patrimonial levantado em 31 de dezembro de 2021, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido, e dos fluxos de caixa correspondentes ao período findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. Em nossa opinião exceto quanto aos possíveis efeitos do assunto descrito no parágrafo "Base para opinião com ressalva" as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira de ASSOCIAÇÃO INSTRUTORA MISSIONÁRIA – A. I. M, em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião com ressalva:** Não foi possível obter segurança razoável quanto a existência dos itens do Ativo Imobilizado adquiridos anteriormente ao exercício de 2015. Devido a existência de bens no balanço possivelmente já totalmente depreciados ou obsoletos. Sendo necessário uma análise mais profunda para levantamento físico e econômico dos ativos. **Ênfase - Elaboração das demonstrações contábeis:** Conforme mencionado na nota explicativa " 3 ", As demonstrações contábeis foram elaboradas em observância às praticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a Legislação Societária, as alterações da legislação introduzidas pelas Leis 11.638/2007 e 11941/2009, os pronunciamentos, as orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as Normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e, especialmente, a Resolução 1409/2012, que aprovou o ITG 2002/2012, que estabelecem critérios e procedimentos de avaliação, registro dos componentes e variações patrimoniais e de estruturação das demonstrações contábeis, e as informações mínimas a serem divulgadas em nota explicativa das entidades sem fins lucrativos. Tendo como parâmetro a convergência com as Normas Internacionais e a Resolução 1.374/11, a entidade se baseou em pressupostos básicos para a estrutura conceitual para elaboração e apresentação das demonstrações contábeis: Regime de Competência; - Continuidade; - Compreensibilidade; - Relevância; - Confiabilidade; - Comparabilidade. **Principais Assuntos de Auditoria:** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais. Além do assunto descrito na seção "Base para opinião com ressalva", determinamos que os assuntos descritos abaixo são os principais assuntos de auditoria a serem comunicados em nosso relatório. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **1. Aplicação em gratuidades:** A entidade é uma associação civil, sem fins lucrativos, na área educacional, que tem por finalidade a educação infantil, o ensino fundamental e o ensino médio, possui certificação de acordo com a na Lei 12.101/2009 e alterações e dos Decretos 7237/2010 e 8242/2014 para usufruir da isenção da Cota Patrona de INSS sobre a folha de pagamento. Com isso deve conceder bolsas educacionais integrais e ou parciais a alunos de famílias de baixa renda que atendam aos requisitos da legislação. Conforme demonstrado na nota explicativa 10. a entidade atendeu as exigências da Lei 12.101/09 e alterações e do Decreto 8.242/14 em relação à quantidade de bolsas de estudo concedidas necessárias para a manutenção da certificação de entidade beneficente de assistência social. **Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria?** Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (a) o cálculo se o número de bolsas concedidas eram suficientes comparadas ao número de alunos matriculados; (b) se os bolsistas atendiam aos requisitos da legislação; (c) amostragem nos cadastros e fichas socioeconômicas das famílias dos bolsistas selecionados na amostragem. Consideramos que os critérios e premissas adotados pela Entidade para seleção dos alunos bolsistas, são aceitáveis no contexto da legislação e que foram atendidos os requisitos para manutenção da certificação. **2. Imobilizado:** Está demonstrado pelo custo de aquisição, acrescido de correção monetária até 31/12/1995. Os bens adquiridos foram depreciados ou amortizados por taxas lineares estabelecidas em função da vida útil, fixadas por espécie de bens. **Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria?** Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (a) verificação de existência de sistema Patrimonial; (b) Amostragem de documentação suporte de controle patrimonial; (c) confronto dos bens existentes e controle no sistema Patrimonial; Consideramos que os critérios e as premissas adotados pela Entidade para registro e controle dos bens patrimoniais, são aceitáveis, contudo à época em que não havia o controle patrimonial, pode existir bens obsoletos e em desuso, já totalmente depreciados, sendo necessário uma avaliação patrimonial. **3. Perdas Estimadas para Créditos de Liquidação Duvidosa:** A entidade registra a perda estimada para créditos de liquidação duvidosa com base na média de inadimplência dos últimos 5 anos e aplica esse sobre o faturamento bruto. A baixa desses valores como não recuperáveis são feitas com base nos valores vencidos há mais de 5 anos da data de encerramento das demonstrações. O montante considerado incobrável vem se elevando a cada exercício. Indicando necessidade de uma política de cobrança mais eficaz pela instituição. **Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria?** Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (a) verificação dos débitos vencidos há mais de 5 anos no encerramento do exercício corrente e se estavam devidamente registrados no exercício anterior; (b) conferência do cálculo da média de inadimplência dos últimos 5 anos. Consideramos que os critérios e as premissas adotados pela Entidade para estimar a provisão para créditos de liquidação duvidosa são aceitáveis no contexto das demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto. **Outros assuntos - Auditoria relativa ao exercício anterior:** As demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2020, apresentadas para fins de comparabilidade com as demonstrações contábeis do período findo em 31 de dezembro de 2021, foram auditadas por outros auditores independentes, com parecer datado de 22 de abril de 2021 com ressalvas e com parágrafos de ênfase. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações contábeis:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fortaleza, CE – 02 de abril de 2022. **AUDITORE - AUDITORES INDEPENDENTES DO TERCEIRO SETOR LTDA - CRC-CE-002603/O.** Antonio Quirino Gomes - Contador - CRC/CE: 023568/O-0 - CNAI: 5269 – IBRACON 5672.

PARECER DO CONSELHO FISCAL: O Conselho Fiscal da ASSOCIAÇÃO INSTRUTORA MISSIONÁRIA - AIM, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Estatuto, tendo procedido a avaliação do material contábil do ano de 2021 (meses de janeiro a dezembro), efetuando a análise da prestação de Contas da Diretoria, inerentes às atividades de natureza econômica, elaborou o presente Relatório, com a emissão do PARECER, a ser submetido à Assembleia Geral. RELATÓRIO - 1 - DA DOCUMENTAÇÃO CONTÁBIL: A documentação contábil foi apresentada em tempo hábil, composta dos documentos de despesas, bem como dos respectivos balancetes, diários e extratos bancários. Da análise dos documentos de despesas não encontramos nenhuma irregularidade posto que os documentos estão de conformidade com os documentos contábeis, não havendo nenhuma ressalva a ser feita, tendo sido as Demonstrações Contábeis e Financeiras, devidamente auditadas por Auditor Independente, cujo parecer se encontra anexo. 2 – DA MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA MENSAL – 2021: Os balancetes, analisados e conferidos foram apresentados de forma cumulativa, tendo este Conselho Fiscal feito a apuração dos lançamentos, mês a mês, estando todos em perfeita ordem. 3 - PARECER: O Balanço Geral referente ao exercício de 2021 deve ser aprovado pela Assembléia Geral por representar de forma correta a efetiva situação da ASSOCIAÇÃO INSTRUTORA MISSIONÁRIA - AIM, no respectivo período. Olinda-PE, 12 de Abril de 2022. **Irani Bernado Evangelista** - CPF: 769.899.503-82; **Maria Inez de Amorim** - CPF:308.593.103-10; **Vanilda Santos Silva** - CPF: 706.909.603-87.

D4Sign 0b0ec64e-ff0f-4399-bf30-38956d8a22ae - Para confirmar as assinaturas acesse https://secure.d4sign.com.br/verificar
Documento assinado eletronicamente, conforme MP 2.200-2/01, Art. 10º, §2.

SANTA CRUZ
Com lesão detectada, goleiro Jefferson deve desfalcar time na estreia da Série D, domingo, contra o Lagarto.

LOTERIAS

QUINA 5828 15 39 44 65 72 || LOTOFÁCIL 2496 02 03 04 08 09 10 11 13 17 18 20 22 23 24 25
MEGA SENA 2471 08 23 29 30 36 55 || LOTERIA FEDERAL 5654 1º 54798 2º 77563 3º 49520 4º 22470 5º 33493
SUPER SETE 231 Col. 1 4 Col. 2 4 Col. 3 8 Col. 4 2 Col. 5 8 Col. 6 0 Col. 7 7
LOTOMANIA 2299 01 03 11 14 24 26 27 45 46 50 51 55 56 59 62 65 81 87 91 93

■ **Fênix de Camaragibe** ratifica força no **Campeonato Pernambucano**, elimina Salgueiro e se garante na sua primeira decisão de Estadual

RETRÔ VENCE CARCARÁ E FARÁ FINAL INÉDITA CONTRA TIMBU

1 X 0
Retrô | **Salgueiro**

Jean; Pedro Costa (Yuri), Renan Dutra, Guilherme Paraíba e Mayk; Charles, Erivélton Araújo (Lucas Silva), João Guilherme e Renato Henrique; Radsley e Gustavo Ermel (Giva) (Otávio). **Técnico:** Dico Woolley.

Jerfesson; Danielzinho, Janelson, Lucão e Léo Carioca (Lucas Franco); Amilton (Kelsen), Kady, Cal Rodrigues (Léo Santos), Hebert (Bruce) e Wescley; Robinho (Jairo). **Técnico:** Sílvio Criciúma.

Estádio: Arena de Pernambuco (São Lourenço da Mata/PE)
Árbitro: Rodrigo Pereira
Assistentes: Francisco Chaves e Karla Santana
VAR: José Woshington **Gols:** Renato Henrique, aos 35' do 1T (RET)
Cartões amarelos: Guilherme Paraíba, Pedro Costa, Charles e Jean **(RET); Danielzinho (SAL)**
Público: 2.823 **Renda:** R$ 47.400,00

A final do Campeonato Pernambucano terá um representante inédito. Em semifinal realizada ontem, na Arena de Pernambuco, o Retrô bateu o Salgueiro por 1x0 e será o adversário do Náutico. O gol da partida foi marcado por Renato Henrique, de pênalti.

E os duelos entre Fênix e Timbu já têm datas marcadas. Ocorrerão nos dias 21 e 30 de abril, nos Aflitos e Arena de Pernambuco, respectivamente. A segunda partida tem mando do Retrô, pelo fato da equipe do técnico Dico Woolley ter feito a melhor campanha da primeira fase.

Confronto movimentado

Retrô e Salgueiro fizeram um primeiro tempo movimentado na Arena, com boas oportunidades para ambos os lados. Aos 13, o Carcará balançou as redes com Robinho, mas o atacante viu o bandeira assinalar impedimento. A resposta da Fênix veio em seguida. Colocando seu estilo de jogo em prática, o time de Camaragibe teve boa troca de passes em velocidade, antes de Radsley levar perigo à meta de Jerfesson.

Aos 34, porém, não teve jeito. Amilton derrubou João Guilherme na área e o juiz marcou pênalti. Na cobrança, Renato Henrique abriu o placar para os mandantes. Foi o 7º gol do camisa 10, artilheiro do Estadual. Dez minutos mais tarde, por pouco o Salgueiro não empatou. Kady chutou e Jean defendeu. No rebote, Robinho mandou para o gol e o goleiro da Fênix fez milagre, mandando para escanteio.

No etapa complementar, apesar do Salgueiro precisar do resultado, o Retrô controlou bem o adversário. Inclusive, a Fênix teve a chance de liquidar o jogo. Em novo pênalti sofrido por João Guilherme, Renato Henrique desperdiçou. No fim do jogo, o Carcará esboçou uma pressão em busca do empate, mas parou em boas defesas do goleiro Jean.

ABNE QUINTINO / @ABNELIMA / RETRÔ FC

Artilheiro, **Renato Henrique** marcou 7º gol no Estadual

Coopemater — **COOPERATIVA DE CRÉDITO DOS FUNCIONÁRIOS DA PERPART DO IPA E DA ADAGRO (COOPEMATER)**

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA (FORMA DE REALIZAÇÃO – DIGITAL)
EDITAL DE CONVOCAÇÃO

O Presidente do Conselho de Administração da Cooperativa de Crédito dos Funcionários da PERPART, do IPA e da ADAGRO – COOPEMATER no uso das suas atribuições que lhe confere o Estatuto Social, convoca os associados, que nesta data são em número de 535 (quinhentos e trinta e cinco), em condições de votar, para se reunirem em **Assembleia Geral Ordinária**, a realizar-se, **por meio de ambiente digital**, conforme indicações abaixo, no dia 26 de Abril de 2022, na sede da Coopemater, localizada a Rua Dr. João Lacerda, 395 – Cordeiro, Recife – PE, às 8h (oito horas), com a presença de 2/3 (dois terços) dos associados, em primeira convocação; às 9h (nove horas), com metade mais um dos associados, em segunda convocação; ou às 10h (dez horas) com a presença de no mínimo 10 (dez) associados, em terceira e última convocação, para deliberar sobre os seguintes assuntos, os quais compõem a ordem do dia: **ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA:** 1. Prestação de contas do exercício de 2021 compreendendo: o relatório da Gestão, Balanço Geral, Demonstrativo de Sobras ou Perdas e Parecer do Conselho fiscal; 2. Destinação das sobras ou perdas apuradas no exercício; 3. Plano de Trabalho para o exercício de 2022; 4. Apresentar proposta de utilização do FATES, conforme lei 5.764/71; 5. Fixação do valor global dos honorários e das cédulas de presença para os membros do Conselho de Administração, Diretoria Executiva e Conselho Fiscal; 6. Regulamento da atividade de Auditoria Interna 2022, conforme artigo 15 § único, da Resolução 4.879/2020; 7. Outros assuntos de interesse social. **Informações quanto ao acesso do ambiente digital da assembleia:** 1. Os associados poderão participar da Assembleia Geral Ordinária acessando o *site* www.coopemater.com.br, onde terá o *link* do *Microsoft Teams* para acesso à Assembleia digital; 2. O ambiente digital da assembleia poderá ser acessado a partir da *internet* de computador, *smartphone* ou *tablet*; 3. Para participar da Assembleia Geral Ordinária os associados interessados devem enviar documento de identificação (RG, Carteira de Motorista) até o dia 25/04/2022, para o seguinte endereço eletrônico: coopemater@coopemater.com.br; 4. A documentação relacionada ao 1º item da Ordem do Dia acima descrito está disponível para visualização e *download* através do *link* www.coopemater.com.br. Além disso, estará acessível durante toda a assembleia, em tempo real. Recife, 14 de Abril de 2022. Ruy Araújo Lima - **Presidente do Conselho de Administração.**

Prefeitura Municipal de Serra Talhada

AVISOS

AVISO DE RETIFICAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 081/2022 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 063/2022. A Prefeitura Municipal de Serra Talhada/PE, torna público a retificação do valor estimado e do objeto do **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 063/2022: Onde se lê:** Locação de equipamentos e material permanente; prestação de serviços especializados e confecção de material gráfico destinados a realização do Festival do Audiovisual de Serra Talhada, conforme Proposta SICONV nº 024185/2021 e R$ 27.000,00 (vinte e sete mil reais), **Leia-se:** Locação de equipamentos e confecção de material gráfico destinados a realização do Festival do Audiovisual de Serra Talhada, conforme Proposta SICONV nº 024185/2021 e R$ 48.200,00 (quarenta e oito mil e duzentos reais). **AVISOS DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 094/2022 - TOMADA DE PREÇO Nº 008/2022.** Obras e Serviços. Secretaria de Obras e Infraestrutura. **Objeto:** Pavimentação de paralelepípedo da CEAST. **Data de Abertura:** 09 de maio de 2022, às 09h00min. **Valor Estimado:** R$ 187.230,36 (cento e oitenta e sete mil, duzentos e trinta reais e trinta e seis centavos). **PROCESSO LICITATÓRIO Nº 095/2022 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 069/2022.** Aquisição. Secretaria de Obras e Infraestrutura. **Objeto:** Aquisição de material betuminoso tipo CAP 50/70 (cimento asfáltico de petróleo). **Data de Abertura:** 04 de maio de 2022, às 09h00min. **Valor Estimado:** R$ 249.958,00 (duzentos e quarenta e nove mil, novecentos e cinquenta e oito reais). **PROCESSO LICITATÓRIO Nº 096/2022 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 070/2022.** Serviço. Secretaria de Administração. **Objeto:** Aquisição de aparelhos para academias ao ar livre, playground infantil em madeira e playground infantil em aço carbono, conforme demanda da Prefeitura Municipal de Serra Talhada/PE. **Data de Abertura:** 04 de maio de 2022, às 14h00min. **Valor Estimado:** R$ 532.041,90 (quinhentos e trinta e dois mil, quarenta e um reais e noventa centavos). **PROCESSO LICITATÓRIO Nº 097/2022 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 071/2022.** Aquisição. Secretaria de Saúde. **Objeto:** Aquisição de material odontológico e saúde da mulher destinados à Secretária Municipal de Saúde. **Data de Abertura:** 05 de maio de 2022, às 09h00min. **Valor Estimado:** R$ 647.070,17 (seiscentos e quarenta e sete mil, setenta reais e dezessete centavos). Informações: Segunda à sexta-feira, de 08h00min às 13h00min. Rua Agostinho Nunes de Magalhães, nº 125, Nossa Senhora da Penha, Serra Talhada/PE. Telefone: (87) 3831-1156. cplserratalhada2021@gmail.com e cplserratalhada@serratalhada.pe.gov.br. **Jakson Ferreira de Lima** - Pregoeiro. **Armando Lima Júnior** - Presidente da CPL. Edital disponível em: www.portalserratalhada.com.br.

BREVES

Reds e City vão à semifinal

Liverpool e Manchester City vão se juntar a Villarreal e Real Madrid nas semifinais da Liga dos Campeões. Os Reds selaram a classificação ao empatar com o Benfica em 3x3, ontem, em Anfield, depois da vitória por 3x1 na ida em Lisboa. Konaté e Firmino (duas vezes) marcaram para os ingleses, enquanto Gonçalo Ramos, Yaremchuk fizeram para os portugueses. Agora o time vermelho vai encarar o Villarreal. Já o time de Manchester enfrentará o Real Madrid na semifinal, após empatar em 0x0 com o Atlético de Madrid no jogo de volta, ontem, no estádio Wanda Metropolitano, na capital espanhola, depois de vencer por 1x0 na partida de ida.

Firmino marcou duas vezes contra o Benfica

Náutico: sem pressa por técnico

Depois da demissão de Felipe Conceição, o Timbu segue mapeando o mercado para arrumar um substituto para o antigo técnico. Entretanto, segundo o executivo de futebol do clube, Ari Barros, a cúpula de futebol não tem pressa para anunciar o novo comandante. Até por isso, o auxiliar Dudu Capixaba - com a companhia de Kuki - será o responsável por dirigir a equipe amanhã, contra o Bahia, nos Aflitos. "Temos que ser assertivos nesse novo comandante", contou.

Fabinho e Kayke são aguardados

No dia que apresentou o meia Giovanni, o Sport mostrou ansiedade pela chegada dos dois últimos reforços anunciados. Oficializados na terça-feira, o volante Fabinho e o atacante Kayke são aguardados até o final desta semana. Quem explica é o executivo de futebol do clube, Jorge Andrade.

No caso de Fabinho, o volante deve ser o primeiro a desembarcar no Recife. "Está resolvendo coisas particulares no Rio, mas o queremos o mais breve possível. Foi uma negociação rápida, em função da janela. Ele tem o dia para se organizar nesse sentido, entregar apartamento", detalhou. Caso se apresente hoje, a tendência é que Fabinho seja relacionado para encarar o Guarani, no sábado, em Campinas.

Em relação a Kayke, a expectativa é que o jogador só apareça na lista de relacionados a partir da 3ª rodada. Fora do Brasil há três temporadas, o atacante precisa resolver uma série de questões.

D4Sign 0b0ec64e-ff0f-4399-bf30-38956d8a22ae - Para confirmar as assinaturas acesse https://secure.d4sign.com.br/verificar
Documento assinado eletronicamente, conforme MP 2.200-2/01, Art. 10º, §2.

8 páginas - Datas e horários baseados em Brasília, Brasil
Sincronizado com o NTP.br e Observatório Nacional (ON)
Certificado de assinaturas gerado em 14 de abril de 2022, 00:32:43

Publicidade Legal pdf

Código do documento 0b0ec64e-ff0f-4399-bf30-38956d8a22ae

Assinaturas

EDITORA FOLHA DE PERNAMBUCO LTDA:01935632000100
Certificado Digital
fabiohenrique@folhape.com.br
Assinou

Eventos do documento

14 Apr 2022, 00:31:51
Documento 0b0ec64e-ff0f-4399-bf30-38956d8a22ae **criado** por FABIO HENRIQUE MARQUES DO COUTO (6acccc55-f69f-4107-a856-a984348d1ac8). Email:fabiohenrique@folhape.com.br. - DATE_ATOM: 2022-04-14T00:31:51-03:00

14 Apr 2022, 00:32:07
Assinaturas **iniciadas** por FABIO HENRIQUE MARQUES DO COUTO (6acccc55-f69f-4107-a856-a984348d1ac8). Email: fabiohenrique@folhape.com.br. - DATE_ATOM: 2022-04-14T00:32:07-03:00

14 Apr 2022, 00:32:31
ASSINATURA COM CERTIFICADO DIGITAL ICP-BRASIL - EDITORA FOLHA DE PERNAMBUCO LTDA:01935632000100 **Assinou** Email: fabiohenrique@folhape.com.br. IP: 201.18.98.155 (20118098155.host.telemar.net.br porta: 57156). Dados do Certificado: C=BR,O=ICP-Brasil,OU=AC SOLUTI v5,OU=AC SOLUTI Multipla v5,OU=A1,CN=EDITORA FOLHA DE PERNAMBUCO LTDA:01935632000100. - DATE_ATOM: 2022-04-14T00:32:31-03:00

Hash do documento original
(SHA256):dc2231b7134ce3046ef75d6f3e3288a7035f308d6aaceb6d03adf4300202fd10
(SHA512):26fde17d76c9434d471f404645fc2f9ebdc5f1056875e706a8ad93affd4eb5c027c527f603e85596404fb0f860f4e49e152bce86c21d1c61acf88cbef3cc1165

Esse log pertence **única** e **exclusivamente** aos documentos de HASH acima

Esse documento está assinado e certificado pela D4Sign